



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**MARIA ELIENE PEREIRA LIMA CID**

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO CONTRATURNO:**  
**IMPACTOS NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DA EMEIEF NAPOLEÃO**  
**BONAPARTE VIANA**

**FORTALEZA**

**2024**

MARIA ELIENE PEREIRA LIMA CID

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO CONTRATURNO:  
IMPACTOS NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DA EMEIEF NAPOLEÃO  
BONAPARTE VIANA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de políticas públicas.

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Souza Porto.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C51a Cid, Maria Eliene Pereira Lima.  
Avaliação da política pública do contraturno: impactos na aprendizagem dos estudantes da EMEIEF  
Napoleão Bonaparte Viana / Maria Eliene Pereira Lima Cid. – 2024.  
86 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado  
Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. Márcio de Souza Porto.

1. Políticas públicas. 2. Educação integral. 3. Contraturno. 4. Avaliação. I. Título.

CDD 320.6

---

MARIA ELIENE PEREIRA LIMA CID

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO CONTRATURNO:  
IMPACTOS NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DA EMEIEF NAPOLEÃO  
BONAPARTE VIANA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de políticas públicas.

Aprovada em: 28/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Márcio de Souza Porto  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Milena Marcintha Alves Braz  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Eduardo Girão Santiago  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## AGRADECIMENTOS

À Deus e Nossa Senhora, meus maiores impulsionadores.

Aos meus pais e irmãos por serem minha fonte constante de motivação.

Às minhas filhas, esposo, genro e meu neto em gestação, pelo apoio incondicional, pela compreensão e estímulo.

Ao Prof. Dr. Márcio Porto de Souza, pela orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora Dra. Milena Marcintha e Dr. Eduardo Girão pelas valiosas colaborações e sugestões.

À Escola Napoleão Bonaparte Viana e aos participantes da pesquisa por suas contribuições inestimáveis acerca do objeto de estudo.

Aos colegas da turma de mestrado: Dalva, Jolene, Lidiane e Doroteia, pelas reflexões, companheirismo e por serem tão solícitos.

Aos amigos de profissão: Sueli, Samuel, Glauberto, Girliane, Paula, Julieta, Júlio César, Mirna, Lira, Ana Maria e Iracema pelo suporte contínuo e incentivo.

## RESUMO

A ideia de educação em tempo integral surge como uma alternativa a longo prazo para enfrentar os desafios educacionais atuais. No entanto, esse tipo de ensino ainda enfrenta desafios no território nacional, incluindo a necessidade de infraestrutura adequada, formação de professores especializados, desenvolvimento de currículos integrados e articulação com políticas públicas que garantam sua implementação efetiva e sustentável. Nessa perspectiva, o presente estudo aborda a importância da educação em tempo integral no contexto brasileiro, destacando a contribuição de educadores como Anísio Teixeira (2002, 1977), Jaqueline Moll (2002, 2007, 2014) e Gadotti (2009). Tem como objetivo, portanto, avaliar o impacto da política pública do contraturno na aprendizagem dos estudantes da EMEIEF Napoleão Bonaparte Viana, localizada no município de Maracanaú – CE. A metodologia adotada é qualitativa, com estudo de caso a partir das narrativas de diferentes indivíduos inclusos no processo. Constatou-se se que a Política do Contraturno na Escola Napoleão Bonaparte Viana tem contribuído para a melhoria da aprendizagem dos alunos. No entanto, há áreas que necessitam de melhorias para garantir a efetividade da política pública avaliada. Esses aspectos envolvem questões sociológicas, políticas e econômicas, onde a prevalência de uma cultura mercadológica na sociedade contemporânea não deve reforçar uma mentalidade competitiva em detrimento de valores como solidariedade, colaboração e pensamento crítico.

**Palavras-chave:** políticas públicas; educação integral; contraturno; avaliação.

## ABSTRACT

The idea of full-time education emerges as a long-term alternative to face current educational challenges. However, this type of teaching still faces challenges in the national territory, including the need for adequate infrastructure, training of specialized teachers, development of integrated curricula and articulation with public policies that guarantee its effective and sustainable implementation. From this perspective, the present study addresses the importance of full-time education in the Brazilian context, highlighting the contribution of educators such as Anísio Teixeira (2002, 1977), Jaqueline Moll (2002, 2007, 2014), and Gadotti (2009). Its objective, therefore, is to evaluate the impact of public policy on after-school hours on the learning of students at EMEIEF Napoleão Bonaparte Viana, located in the municipality of Maracanaú – CE. The methodology adopted is qualitative, with a case study based on the narratives of different individuals included in the process. It was found that the After Hours Policy at Escola Napoleão Bonaparte Viana has contributed to improving student learning. However, there are areas that require improvements to ensure the effectiveness of the public policy evaluated. These aspects involve sociological, political and economic issues, where the prevalence of a market culture in contemporary society should not reinforce a competitive mentality to the detriment of values such as solidarity, collaboration and critical thinking.

**Keywords:** public policies; integral education; after-hours; assessment.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	– Proporção de alunos matriculados em tempo integral no Ensino Fundamental .....	47
Gráfico 2	– Número de matrículas na modalidade integral do Ensino Fundamental .....	48
Tabela 1	– Caracterização dos sujeitos .....	55
Fotografia 1	– Aula de língua portuguesa .....	65
Fotografia 2	– Aula de matemática .....	66
Tabela 2	– Acompanhamento individual (português/2023) .....	67
Gráfico 3	– Acompanhamento por Bimestre .....	69
Figura 1	– Fórmula utilizada para cálculo da média aritmética .....	69
Tabela 3	– Acompanhamento individual (matemática/2023) .....	70
Gráfico 4	– Acompanhamento por Bimestre (Matemática/2023) .....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APDMCE	Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará
APRECE	Associação dos Municípios do Estado do Ceará
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEASA	Central de Abastecimento do Ceará S/A
CEP	Código de Endereçamento Postal.
CEUs	Centros Educacionais Unificados
CIEPs	Centros Integrados de Educação Pública
EMEIEF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORÚM	Fórum de Educação Infantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para o Desenvolvimento Econômico
PAIC	Programa Alfabetização na Idade Certa
PIB	Produto Interno Bruto
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PME	Programa Mais Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PNME	Programa Novo Mais Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEB	Secretaria de Educação Básica
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECULT	Secretaria da Cultura do Ceará

SEDUC	Secretaria de Estado de Educação do Ceará
UNCME	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
2	<b>METODOLOGIA</b> .....	18
2.1	<b>Caracterização da pesquisa</b> .....	18
2.2	<b>Estudo de caso</b> .....	18
2.3	<b>Universo e sujeitos da pesquisa</b> .....	19
2.4	<i>Locus da pesquisa</i> .....	21
2.5	<b>Instrumento para coleta de dados</b> .....	22
3	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO FEDERAL E LOCAL</b> .....	24
3.1	<b>O programa mais educação e o programa novo mais educação</b> .....	29
3.2	<b>O contraturno</b> .....	33
4	<b>EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INTEGRAL</b> .....	39
4.1	<b>A educação integral no Ceará</b> .....	43
4.2	<b>O município de Maracanaú e ampliação da jornada escolar</b> .....	49
5	<b>APRESENTAÇÃO DAS NARRATIVAS E FICHA INDIVIDUAL DOS ALUNOS</b> .....	55
5.1	<b>Caracterização dos sujeitos da pesquisa</b> .....	55
5.2	<b>Apresentação das narrativas</b> .....	56
5.2.1	<i>Coordenadora pedagógica</i> .....	56
5.2.2	<i>Coordenador articulador</i> .....	57
5.2.3	<i>Professor ensino médio</i> .....	57
5.2.4	<i>Monitor de matemática</i> .....	58
5.2.5	<i>Monitora de língua portuguesa</i> .....	60
5.2.6	<i>Mãe de aluno</i> .....	60
5.2.7	<i>Aluna do contraturno</i> .....	60
5.3	<b>Análise das narrativas</b> .....	61
5.4	<b>Acompanhamento individual dos alunos</b> .....	67
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	74
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	76

<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (COORDENADORA PEDAGÓGICA E COORDENADOR ARTICULADOR DO CONTRATURNO) .....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA (PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO) .....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA (MONITORES DE LINGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA) .....</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA (MÃE DE ALUNO) .....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE E – ROTEIRO DA ENTREVISTA (ALUNA DO CONTRATURNO) .....</b>	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escola pública no Brasil enfrenta uma crise marcada por diversos problemas, que vão desde o acesso à escola, passando pelo processo de aprendizagem, até a falta de investimentos financeiros e inovação. Além disso, há a baixa remuneração dos profissionais da educação, o desinteresse por parte dos alunos, a superlotação das salas, o grande número de alunos com déficit de aprendizagem e a pouca participação das famílias na vida escolar. Essa crise levanta questionamentos sobre o papel da escola na sociedade contemporânea e sobre a viabilidade da ideia de emancipação pelo conhecimento.

A escassez de recursos financeiros na escola pública afeta a qualidade do ensino, resultando em um impacto negativo significativo no desenvolvimento educacional dos alunos. Os governantes não investem adequadamente na educação. Um exemplo claro disso são os laboratórios de informática, que muitas vezes não oferecem acesso adequado à rede de informação. Em contraste, os alunos da rede privada têm uma vantagem considerável nesse aspecto.

Nessa perspectiva, Monteiro e Silva (2015, p. 28) afirmam que “se não há uma boa sala de aula que ofereça as mínimas condições de comodidade, tanto para o aluno quanto para o professor, esse processo será defasado”. Os autores ressaltam que as salas de aula são essenciais para a interação entre professores, alunos e aprendizagem. Assim, são necessárias instalações e materiais de qualidade, pois o processo de ensino-aprendizagem é muito complexo e requer mais do que estrutura.

Monteiro e Silva (2015) destacam ainda a importância das condições físicas adequadas nas escolas públicas para o processo de ensino-aprendizagem. Afirmam ainda que instalações de qualidade, como bibliotecas, laboratórios, quadras esportivas, banheiros, materiais didáticos, recursos audiovisuais, computadores e acesso à internet, são fundamentais para enriquecer o ensino. Além disso, a eficácia educacional também depende da capacidade dos professores em adaptar métodos pedagógicos às necessidades dos alunos e utilizar recursos de maneira eficiente, garantindo um ambiente propício ao aprendizado e ao desenvolvimento cognitivo.

Verifica-se que a escola pública, frequentemente, apresenta dificuldades na preparação de alunos para um mercado de trabalho em constante mudança e para uma sociedade cada vez mais orientada para a inovação e a tecnologia. Tal fato, pode levar a lacunas entre as habilidades dos alunos e as demandas do mercado de trabalho, resultando em taxas mais altas de desemprego e subemprego.

O sistema educacional pode, assim, reforçar ideologias e valores que mantêm a ordem social existente, limitando a capacidade da escola de promover a crítica e o pensamento independente entre os alunos, e persuadindo gradualmente os envolvidos no processo a aderirem de forma contínua ao regime mercadológico. Nesse sentido, Laval (2019, p. 17) expõe que “a escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico”.

Destaca-se que a educação de mercado, muitas vezes, enfatiza uma abordagem em que o conhecimento é visto principalmente como uma ferramenta para o sucesso econômico. No entanto, ao considerar a implementação da educação em tempo integral, podemos expandir essa visão para além das demandas do mercado. Ao oferecer um ambiente educacional mais amplo, acompanhado por práticas educativas que abordem a formação ética, estética e intelectual do aluno, propõe-se uma formação integral e emancipadora do indivíduo.

Assim, a escola pública enfrenta desafios que vão além das questões estruturais e envolvem uma transformação ideológica e cultural. A nova ordem educacional neoliberal enfatiza uma abordagem comercial da educação, trazendo preocupações sobre os rumos da educação em um contexto de crescente mercantilização e desigualdade. Isso significa que alunos de origens socioeconômicas mais privilegiadas tendem a ter mais acesso a recursos educacionais e oportunidades do que aqueles de origens mais desfavorecidas.

De acordo com Freire (2005), a educação pode seguir dois caminhos: contribuir para o processo de emancipação humana ou domesticar e ensinar a ser passivo diante da realidade posta. A escolha entre esses caminhos depende da abordagem adotada por educadores e instituições e tem profundas implicações na formação de cidadãos e na estrutura social.

Assim, a educação deve também ter agentes que se posicionem diante da realidade, optando pela construção de um saber comprometido com a maioria popular, ou que fiquem alheios a essas questões e contribuam para a manutenção das desigualdades. A opção majoritária das instituições educacionais parece seguir claramente os padrões neoliberais e apresenta, portanto, uma dependência em relação às demandas do mercado de trabalho. Isso coaduna com um processo educativo fragmentado da realidade, que faz sentido apenas dentro da lógica dominante, gerando passividade e submissão aos valores consumistas. No entanto, essa abordagem se apresenta com um discurso "humanista" e "democrático" da escola cidadã (Freire, 2001; 2003; Tonet, 2005).

Nesse contexto, a ideia de educação em tempo integral surge como uma alternativa a longo prazo para enfrentar os desafios educacionais atuais. Ao agregar elementos da educação integral, pode-se complementar e até mesmo desafiar as noções da educação de mercado,

promovendo uma abordagem mais holística e centrada no desenvolvimento integral dos alunos. Esse tipo de abordagem permite conectar as duas ideias, destacando como a educação integral pode oferecer uma perspectiva mais ampla e inclusiva, que vai além das demandas do mercado, enquanto ainda reconhece a importância de preparar os alunos para o sucesso profissional. Logo, esse modelo pode contribuir para a equidade educacional e o desenvolvimento dos alunos, permitindo que eles identifiquem maneiras de superar os desafios enfrentados pela escola pública brasileira.

Ressalta-se que a história da implementação da educação em tempo integral no Brasil, desde os esforços de educadores como Anísio Teixeira até os debates contemporâneos sobre o assunto, demonstra a importância e a relevância desse tema no contexto educacional do país. Ao continuar a discutir e promover a educação em tempo integral, pode-se avançar na construção de uma escola mais inclusiva, democrática e preparada para os desafios do século XXI.

As discussões sobre a implementação da educação em tempo integral no contexto escolar brasileiro remontam à metade do século XX, com investidas significativas tanto no pensamento quanto nas ações educativas de católicos, anarquistas, integralistas e educadores como Anísio Teixeira, que defendiam e procuravam implantar instituições escolares onde essa concepção fosse vivenciada (Brasil, 2009). Os esforços de diferentes educadores contribuíram para a discussão e a promoção da educação em tempo integral no Brasil ao longo dos anos. Essa concepção de educação continua sendo debatida e implementada em diversas instituições educacionais do país, buscando oferecer aos alunos uma formação mais ampla e integrada.

No entanto, o ensino integral ainda enfrenta desafios no território nacional, incluindo a necessidade de infraestrutura adequada, formação de professores especializados, desenvolvimento de currículos integrados e articulação com políticas públicas que garantam sua implementação efetiva e sustentável. Apesar dos desafios, o ensino integral tem sido amplamente defendido como uma estratégia importante para promover a equidade educacional e oferecer oportunidades de aprendizagem mais significativas e inclusivas para os estudantes brasileiros.

De acordo com Teixeira (1959), a concepção de educação integral deveria contemplar uma educação em que a escola oferecesse às crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, artes, desenho, música, dança, educação física. Além disso, “deveria proporcionar alimentação adequada à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia” (Teixeira, 1959, p. 79). Para o autor,

a educação integral busca promover o desenvolvimento holístico dos alunos, incluindo o aspecto intelectual, emocional, social e físico.

A concepção de educação integral não se confunde apenas com o horário integral, o tempo integral ou jornada integral. A questão do tempo não seria o único fator essencial e sim a integração entre os aspectos biológico-corporais, cognitivos, afetivos e morais associados ao espaço-tempo de aprendizagem de cada indivíduo (Gadotti, 2009, p. 30).

A perspectiva de educação em tempo integral, proposta pelo autor, não se limita apenas à transmissão de conhecimentos; vai além do tempo de permanência do aluno na escola, visando uma educação mais significativa que contribua para o desenvolvimento de todas as dimensões do ser humano. Isso requer um compromisso contínuo dos governos e da sociedade em investir na educação como prioridade, bem como parcerias sólidas entre escolas, pais e comunidades para fortalecer a educação pública, promovendo um ambiente de apoio e colaboração.

Piaget (1977) argumenta que a ligação entre professores e família resulta em ajuda mútua e no aperfeiçoamento real dos métodos educacionais, aproximando a escola das vivências e das preocupações profissionais dos pais. Essa interação mútua implica na divisão de responsabilidades. O autor sugere que idealmente pais, professores e a comunidade devem estreitar laços e tornar a educação um processo coletivo, onde todos desempenham papéis complementares. Essa integração pode ser fundamental para o sucesso da implementação do ensino em tempo integral.

Na Rede Municipal de Maracanaú, no Ceará, as escolas em tempo integral são uma realidade em muitas instituições, onde ocorrem de forma parcial ou integral. Iniciou-se com turmas do 9º ano e beneficiou inicialmente oito escolas, a saber: (1) EMEIEF Francisco Antônio Fontenele, no bairro Jaçanaú; (2) EMEIEF João Magalhães de Oliveira, no bairro Cágado; (3) EMEIEF Joaquim Aguiar, no bairro Jaçanaú; (4) EMEIEF José Nogueira Mota, no bairro Mucunã; (5) EMEIF do Povo Pitaguary, no bairro Santo Antônio; (6) EMEIEF Rachel de Queiroz, no bairro Jereissati II; (7) EMEIEF Maria de Lourdes da Silva, no bairro Alto Alegre II; e (8) EMEIEF Manoel Rodrigues Pinheiro de Melo, no bairro Acaracuzinho.

A implementação dessa política requer um planejamento adequado, recursos suficientes, infraestrutura apropriada, apoio aos profissionais da educação, engajamento da comunidade escolar e de todos os segmentos envolvidos, com o objetivo de promover uma educação de qualidade durante todo o período ampliado. É importante que essa modalidade de ensino busque oportunizar e desenvolver diferentes habilidades, como, por exemplo, interesses que aprimorem a criatividade e a capacidade de trabalho em grupo, por meio de aulas que

incluam atividades de música, arte, esportes, teatro e projetos, visando complementar as práticas curriculares e o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Ressalta-se que a cultura da jornada escolar ampliada tem se consolidado nas escolas de Maracanaú desde 2008. O Programa Mais Educação (PME) foi instituído no município em apenas 17 escolas, conforme a Portaria Interministerial nº 17 (Brasil, 2007), sendo uma iniciativa do governo federal prioritária para a formação integral de crianças e adolescentes. Em 2011, a jornada escolar ampliada foi oficializada no município de Maracanaú pela Lei nº 1.781, de 26 de dezembro de 2011 (Maracanaú, 2011), posteriormente substituída pela Lei 2.687 de 30 de janeiro de 2018 (Maracanaú, 2018). Após a extinção do PME em 2019, foi instituída a política do Contraturno em Maracanaú-CE, local de estudo da pesquisa.

O Programa Contraturno é mantido pela prefeitura de Maracanaú, onde os monitores atuam de forma voluntária e recebem uma ajuda de custo, sem vínculo empregatício com a prefeitura. A Lei nº 1.781, de 26 de dezembro de 2011, em seu artigo 2º, delimita seu objetivo ao afirmar que visa desenvolver práticas além do conceito de programas. Conforme o artigo citado, a Política de Ampliação da Jornada Escolar tem como objetivo contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas escolas municipais, oferecendo educação básica em tempo integral (Maracanaú, 2011, art. 2º).

Nessa jornada ampliada escolar, o contraturno da rede municipal nasceu da filosofia defendida e posta em prática pela Secretaria de Educação, visando promover a formação integral do educando por meio de atividades realizadas no ambiente escolar. Dessa forma, entende-se que a modalidade de ensino em contraturno demanda transformações na escola, começando pela estrutura física, cujo objetivo é proporcionar mais oportunidades de aprendizagem e desenvolver o pensamento criativo, a autoconfiança e as competências dos estudantes, abrangendo dimensões físicas, mentais ou cognitivas, emocionais e espirituais.

A escolha pela temática abordada se justifica pela trajetória no magistério em escolas públicas, especificamente nas disciplinas das Ciências Humanas e Sociais do Ensino Fundamental, abrangendo do 6º ao 9º ano, na rede municipal de Maracanaú-CE. Atualmente, esta autora encontra-se lotada na EMEIEF Napoleão Bonaparte Viana, localizada no Bairro Luzardo Viana. Por deparar-se constantemente com situações de insucesso e dificuldades no aprendizado dos alunos, buscou investigar a política de ampliação da jornada escolar, especialmente o contraturno escolar, que é de grande relevância para compreender os benefícios, desafios e impactos dessa prática no contexto educacional.

Dessa forma, esta pesquisa visa avaliar se essa iniciativa contribui para uma educação mais significativa, beneficiando os alunos em diversas dimensões: cognitiva, emocional, física e comportamental. Diante do exposto, este estudo abordou a política do contraturno escolar na EMEIEF Napoleão Bonaparte Viana como uma abordagem educacional que oferece oportunidades de aprendizagem aos alunos que não se limitam apenas ao aspecto educacional, mas também os desenvolvem em todas as dimensões de suas vidas.

Neste sentido, o contraturno é uma estratégia utilizada para mitigar o nível de vulnerabilidade entre muitos estudantes, buscando promover aprendizagem, inclusão e equidade para que todos tenham oportunidades iguais de conhecimento e desenvolvimento. Portanto, com o objetivo de avaliar essa política e verificar se ela efetivamente contribui para um melhor desempenho escolar, o presente trabalho busca responder aos seguintes questionamentos: Quais são os objetivos do contraturno? Como o contraturno contribui para o desenvolvimento escolar dos alunos? Quais são as qualificações e experiências dos professores ou instrutores envolvidos no contraturno? Como o contraturno está alinhado com os objetivos educacionais da escola ou instituição?

Para alcançar o objetivo proposto, buscou-se, especificamente: (1) mapear o perfil dos profissionais que atuam no contraturno escolar; (2) avaliar o espaço físico escolar do contraturno disponível para a realização das atividades; e (3) analisar o desempenho dos estudantes, no ano de 2023.

Com o intuito de viabilizar o objeto investigado, adotou-se uma metodologia qualitativa fundamentada na perspectiva avaliativa da Avaliação em Profundidade, que envolve uma análise extensa, densa, ampla e multidimensional da política educacional em questão (Rodrigues, 2008).

Para que a construção de uma proposta de avaliação em profundidade se tornasse ainda mais robusta, adotou-se como alicerce os quatro aspectos destacados por Rodrigues (2008): 1) Análise de conteúdo do programa, com foco na formulação, bases conceituais e coerência interna; 2) Análise do contexto da formulação da política; 3) Trajetória institucional do programa; e, 4) Abordagem temporal e territorial da política educacional investigada.

A metodologia de avaliação em profundidade de políticas públicas não segue modelos predefinidos, mas é uma construção processual do avaliador-pesquisador, que faz suas escolhas metodológicas ao longo do processo avaliativo. Isso implica um constante exercício de reflexão por parte do avaliador sobre seu contexto sociopolítico, exigindo uma vigilância contínua para evitar cair nas armadilhas da subjetividade, de seus próprios interesses e de sua

vinculação institucional com a política pública, o que pode resultar em vieses avaliativos (Carvalho; Gussi, 2011).

Optou-se, portanto, por um estudo de caso para permitir examinar a fundo um objeto. Segundo Gil (2009), o estudo de caso envolve a utilização de diversos instrumentos de coleta de dados na tentativa de capturar diferentes perspectivas e informações relevantes sobre o objeto em análise.

A estrutura da pesquisa é composta por cinco seções principais: na introdução, são apresentados o tema da pesquisa, os objetivos do estudo e a justificativa para a escolha desse tema, buscando fornecer uma base sólida e coerente para este trabalho. Na segunda seção, denominada "Perspectiva Teórico-Metodológica", é apresentado o percurso metodológico escolhido para responder aos objetivos propostos. A terceira seção fornece um panorama histórico da discussão sobre a avaliação de políticas públicas, abordando o contexto político, as funções e a dimensão política da avaliação, bem como os desafios enfrentados e a perspectiva paradigmática que norteia a pesquisa. Na quarta seção, são apresentadas as categorias de análise teórico-práticas, enquanto a quinta seção aborda a análise das narrativas e dos dados coletados. Por fim, a sexta e última seção contempla as considerações finais do estudo, baseadas nos resultados obtidos da pesquisa.

## **2 METODOLOGIA**

Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre a trajetória metodológica aplicada neste trabalho. Para isso, aborda-se a perspectiva avaliativa pretendida, caracterizando a pesquisa quanto à sua abordagem e método, além de detalhar os instrumentos considerados pertinentes para responder aos objetivos propostos.

### **2.1 Caracterização da pesquisa**

A abordagem desta pesquisa é qualitativa, pois busca captar as diversas interpretações dos sujeitos envolvidos na prática educativa do contraturno escolar, abrangendo do 6º ao 9º ano da escola em estudo. Segundo Minayo (2012), essa abordagem lida com uma realidade não quantificada, explorando os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos indivíduos. Para atingir os objetivos delineados, foi realizada pesquisa bibliográfica, utilizando produção intelectual publicada sobre o tema abordado, assim como ideias e argumentos de autores que discutem essa temática.

A partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

O presente estudo adota ainda a pesquisa bibliográfica e documental para examinar as vantagens e desvantagens da adoção do ensino em tempo integral na Escola Napoleão Bonaparte Viana. A implementação do ensino em tempo integral pode potencialmente aumentar o interesse dos alunos em frequentar as aulas, pois a escola oferecerá uma experiência educacional mais abrangente, além da formação tradicional, proporcionando oportunidades para adquirir novos conhecimentos. Assim, os alunos podem perceber que a escola oferece uma experiência enriquecedora, incentivando-os a participar ativamente das atividades educacionais.

### **2.2 Estudo de caso**

O estudo de caso como estratégia de pesquisa envolve a investigação do fenômeno específico, coletando dados de diversas fontes que vão desde análise documental até avaliações dos alunos. No contexto do Contraturno Escolar, este estudo foca em uma escola em Maracanaú - CE, examinando a qualidade do programa, a adequação das atividades oferecidas e como são implementadas e adaptadas às necessidades dos alunos.

Conforme apontado por Gil (2009), o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que busca explorar extensivamente um ou mais objetos para obter um entendimento profundo do fenômeno. Assim, a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso são abordagens complementares para investigar o contraturno, proporcionando base teórica e empírica para compreender a temática, analisar resultados e sugerir melhorias que possam potencializar o impacto do programa.

### **2.3 Universo e sujeitos da pesquisa**

Os sujeitos da pesquisa referem-se às pessoas que estão envolvidas no processo de adquirir, construir e transmitir conhecimentos, nesse contexto os sujeitos do conhecimento serão monitores onde interagem entre si e desempenham papéis complementares no processo educacional, visando promover o compartilhamento de conhecimento.

Um trabalho com ação participativa em que todos os integrantes têm um alvo comum é indubitavelmente satisfatório e positivo, enquanto um trabalho com discussões polarizados, com ideias fragmentadas, não possibilitará resultados eficazes ou, nem mesmo, haverá neste trabalho objetivos traçados visando o bem-estar social e, em se tratando do aluno, a formação de um cidadão crítico e preparado para a sociedade (Silva, 2001, p.25).

Silva (2001) destaca a importância de um trabalho em que todos os integrantes de um grupo ou equipe estejam engajados em um propósito comum. Dessa forma, é mais provável que haja cooperação e sinergia entre eles. Discussões polarizadas e falta de alinhamento e cooperação podem levar a conflitos e falta de comprometimento. Neste sentido, ao promover a ação participativa, o trabalho em equipe com objetivos comuns pode contribuir para o bem-estar social e a formação de cidadãos críticos preparados para atuar na sociedade.

A definição de população ou universo em uma investigação é fundamental para entender o escopo e o contexto da pesquisa. De acordo com Appolinário (2006), entende-se por população ou universo em uma pesquisa de natureza teórico-empírica, um grupo de pessoas, objetos ou eventos que possui um conjunto de características comuns que o definem.

O universo desta pesquisa foi composto pelas pessoas que atuam na Política do contraturno, na Escola Napoleão Bonaparte Viana em Maracanaú-CE, como também um Professor da Rede Estadual Escola Rui Barbosa de Maracanaú-CE, instituição onde estão matriculados alunos oriundos da escola em estudo, alguns participavam da política do Contraturno, pois considerou-se que seus relatos podem contribuir com informações essenciais para o alcance dos objetivos. Para a seleção dos participantes foram considerados os seguintes critérios:

- **Coordenadora Pedagógica:** ter atuado e orientado, na política do Contraturno no ano de 2023 como coordenadora da Escola Napoleão Bonaparte Viana dos anos finais do ensino Fundamental nos anos do 6º ao 9º. A coordenadora pedagógica desempenha um papel fundamental nas instituições de ensino, por coordenar e supervisionar o processo educativo, trabalha em estreita colaboração com professores, alunos e a direção da escola para garantir a qualidade do ensino e o cumprimento dos objetivos educacionais.
- **Articulador do Contraturno:** por ter exercido a função de coordenador e articulador na política do Contraturno no ano de 2023 da Escola Napoleão Bonaparte Viana dos anos finais do 6º ao 9º. O articulador de programa tem um papel crucial pois coordena e facilitar a execução de um programa ou projeto atuando como um intermediário entre diferentes partes interessadas.
- **Professor de Matemática do Ensino Médio da Rede Estadual Rui Barbosa-Maracanaú-CE:** Ser Professor da modalidade Ensino Médio, atualmente, local de estudo de alguns alunos do Contraturno Escolar do Ensino Fundamental série 9º do ano de 2023 da Escola Napoleão Bonaparte Viana, escola de origem. Ouvir a percepção do referido professor na tentativa de ter um feedback dos alunos egressos para uma melhor compreensão da política em estudo.
- **Monitor de Matemática:** por ter atuado na Política do Contraturno no ano de 2023, a monitoria desempenha um papel crucial no apoio ao processo de ensino e aprendizagem.
- **Monitoria de Língua Portuguesa:** por ter desempenhado a função de monitoria na Política do Contraturno no ano de 2023, a monitoria oferece suporte individualizado para alunos com dificuldades de aprendizagem no sentido de promover um ambiente de aprendizado positivo apoiando os alunos em sua jornada educacional.
- **Mãe de Aluno do Contraturno:** por ter filho matriculado na Política do Contraturno, a participação dos pais é de fundamental importância para o sucesso educacional e pessoal dos seus filhos.

- **Aluna do Contraturno:** ter participado do Politicado Contraturno no ano de 2023, almeja-se ouvir sua percepção e interpretação acerca da política pesquisada.

A partir desses requisitos optou-se por selecionar um participante de cada segmento de atuação preestabelecida, visando o aprofundamento acerca do objeto de estudo, totalizando assim sete participantes: uma coordenadora pedagógica, articulador da política do Contraturno professor de Matemática do Ensino Médio, uma monitora da área de língua portuguesa, um monitor de matemática, mãe de aluno e uma aluna do programa contraturno.

Com o intuito de manter em sigilo a identidade das informantes, nesta pesquisa os profissionais foram identificados a partir de sua forma de atuação, ficando assim denominadas de: Coordenadora Pedagógica, Coordenador e Articulador do Contraturno, Professor Ensino Médio, monitor, monitora, mãe de Aluno e Aluna.

Os locais para a realização das entrevistas foram definidos pelas informantes, a fim de possibilitar um ambiente no qual os participantes se sentissem confortáveis e motivados a relatarem suas histórias relacionadas à Política do Contraturno, conforme descrito abaixo:

- 1) entrevista com a Coordenadora Pedagógica: realizada em seu local de trabalho, no local da sala de leitura/biblioteca da escola na qual atua;
- 2) entrevista com o Articulador do Programa Contraturno: entrevista desenvolvida no seu local de trabalho sala da biblioteca;
- 3) entrevista como Professor do Ensino Médio ocorreu na Escola Estadual Rui Barbosa – Maracanaú-CE: na sala de planejamento dos professores;
- 4) entrevista com o monitor de Matemática: a entrevista ocorreu no Laboratório de Informática da escola;
- 5) entrevista com a monitora de Língua Portuguesa: a entrevista ocorreu no Laboratório de Informática da escola, apesar de não está mais à frente da Pública do Contraturno no ano de 2024, ela consentiu participar da pesquisa;
- 6) entrevista com a mãe do aluno, aconteceu no pátio da escola Napoleão Bonaparte Viana;
- 7) entrevista com a aluna do Programa Contraturno: a entrevista ocorreu na sala de aula do 9º ano, da escola Napoleão Bonaparte Viana.

## **2.4 Locus da pesquisa**

O critério pelo qual foi escolhido o município de Maracanaú, especificamente a EMEIF Napoleão Bonaparte Viana, para a realização da pesquisa se deve a razões técnicas e

práticas. Primeiramente, por ser o local onde a pesquisadora leciona, o que permite uma familiaridade com a realidade educacional de Maracanaú e um conhecimento mais profundo dos desafios enfrentados nesse contexto. Essa proximidade facilita o acesso aos sujeitos da pesquisa - monitores e alunos - pois está disponível para a realização de entrevistas, análise de documentos e observações. Esse tipo de observação pode despertar a curiosidade e inquietação necessárias para aprofundar o fenômeno pesquisado, o Contraturno Escolar.

Considera-se como ponto de partida que a expansão da jornada escolar merece uma investigação aprofundada para aprimorar a compreensão das concepções do programa, suas expectativas e os resultados decorrentes na melhoria da aprendizagem. Como critérios de seleção, considerou-se a participação contínua da escola no programa desde sua implementação, o Mais Educação, no ano de 2008, uma estratégia do Ministério da Educação voltada para a promoção da educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino. Essa iniciativa visa ampliar a jornada escolar nas escolas públicas oferecendo atividades extracurriculares complementares ao currículo regular, que enriquecem a experiência educacional dos alunos, incluindo aulas de arte, música, esportes, atividades culturais, e projetos de pesquisa, entre outras.

O público contemplado na pesquisa envolveu os alunos das turmas do 6º ao 9º ano, totalizando 40 estudantes, embora o programa de contraturno seja destinado aos alunos do 2º ao 9º ano. A Escola Napoleão Bonaparte Viana está localizada no bairro Luzardo Viana, na Rua Napoleão Bonaparte Viana, Nº 410, CEP 61910-030, Maracanaú - CE. Atende atualmente 717 alunos, desde a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental II, nos turnos da manhã e tarde. Possui 13 salas de aula, um laboratório de informática, um laboratório de Ciências, pátio escolar, quadra esportiva, sala da secretaria, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), 12 banheiros (sendo 4 para acessibilidade), biblioteca, sala da gestão e uma sala de planejamento para os professores. O núcleo gestor da escola é composto por um Diretor Geral, três coordenadoras pedagógicas, um coordenador financeiro e uma secretária escolar.

## **2.5 Instrumento para coleta de dados**

Elencou-se para a coleta de dados a entrevista e a ficha individual dos alunos fornecida pelo próprio sistema da rede municipal, denominada Sistema de Gestão Escolar (SGE).

Segundo Marconi e Lakatos (2012, p. 94), “uma entrevista é o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto”. Nesse contexto, trata-se de um diálogo planejado entre duas partes, em que uma delas busca obter informações ou esclarecimentos sobre o objeto investigado. A entrevista será conduzida com perguntas predefinidas, gravada para garantir respostas minuciosas e aprofundadas. Isso permite que o entrevistado compartilhe suas perspectivas, vivências e opiniões de modo espontâneo e sem restrições.

Conforme expressa Sá-Silva (2009, p. 5), a análise documental é “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. A prática de examinar documentos de várias naturezas, como textos escritos, registros, arquivos, ou quaisquer outras formas de documentação, tem a finalidade de compreender seu conteúdo, identificar informações relevantes e extrair conhecimento ou insights a partir desses documentos.

Assim, neste trabalho, foram usados os documentos legais, que contribuem para o estudo de nossa pesquisa a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB –nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, o novo Plano Nacional de Educação (PNE), a Portaria Interministerial nº 17/2007 (Brasil, 2007) que institui o Programa Mais Educação e a Lei Municipal da Ampliação Integrada de Maracanaú, nº 2.627 de 30 de janeiro de 2018 em substituição à Lei nº 1.781, de 26 de dezembro de 2011 (Maracanaú, 2011). Esses documentos fornecem um arcabouço legal e normativo importante para a compreensão do contexto educacional, assim como para embasar políticas, programas e ações voltadas para a melhoria da qualidade da educação.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO FEDERAL E LOCAL

As políticas públicas representam direitos constitucionais fundamentais disponibilizados, que, por conseguinte, devem ser assegurados a toda a população. Em virtude da importância desses direitos para o progresso da sociedade, o tema é alvo de discussões recorrentes em diversos cenários da educação.

Salienta-se que o termo “política” é definido por Saviani (2007, p.3) como “qualquer estudo dos fenômenos e das estruturas políticas, conduzido sistematicamente e com rigor, apoiado em amplo e cuidadoso exame dos fatos expostos com argumentos racionais”.

Conforme o autor supracitado, esses princípios são fundamentais, pois garantem a transparência da pesquisa em ciência política, contribuindo para a construção de conhecimento seguro. Assim, os estudiosos buscam alcançar uma compreensão mais profunda dos fenômenos políticos e fornecer entendimentos valiosos para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas.

Assim Saviani (2007) afirma que a formulação da política educacional deve levar em conta do ponto de vista da forma, isto é, da perspectiva adotada, as determinações políticas ligadas aos mecanismos, de poder, à correlação de forças à legalidade e legitimidade instauradas pela forma de Estado e regime político prevalentes, do ponto de vista do conteúdo, isto é, o objeto, às referidas políticas devem se pautar pelas exigências educacionais definidas no âmbito da ciência pedagógica, garantindo que as decisões sejam baseadas em princípios pedagógicos sólidos e nas necessidades educativas da sociedade. Em resumo, a formulação de políticas educacionais deve equilibrar considerações políticas e pedagógicas para promover um sistema educacional eficaz e alinhado com as demandas da sociedade.

Enfatiza-se que a elaboração de políticas educacionais requer um equilíbrio entre aspectos políticos e pedagógicos. Esse equilíbrio visa promover um sistema educacional eficiente e alinhado com as necessidades da sociedade. O processo de formulação dessas políticas deve considerar tanto as questões políticas, relacionadas à gestão e tomada de decisões, quanto as questões pedagógicas, que influenciam diretamente o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento educacional dos estudantes. A integração desses elementos contribui para criação de um ambiente educacional capaz de atender às demandas e expectativas da sociedade de maneira eficaz.

As Políticas Públicas Educacionais estão intimamente ligadas à qualidade da educação e à sua importância para a formação da cidadania. No Brasil, a busca por uma escola

comprometida com a cidadania enfrenta desafios significativos, marcados por uma história de impactos profundos e expressivas desilusões. Como afirma Azevedo (2007, p.77):

Ao evidenciar um conjunto de concepções, práticas e estruturas inovadoras, a experiência da escola cidadã aponta possibilidades de uma educação com qualidade social, não redutora à dinâmica mercantil. O desenvolvimento de uma cultura participativa, de uma inquietação pedagógica com a não-aprendizagem, da busca dos aportes teóricos da ciência da educação, legitima a ideia de que a não-aprendizagem é uma disfunção da escola e que a reprovação e a evasão são mecanismos de exclusão daqueles setores sociais que mais necessitam da escola pública. Isso levou à convicção da necessidade de reinventar a escola, de redesenhá-la de acordo com novas concepções. Os avanços na formação em serviço evidenciaram aos educadores que a estrutura convencional da escola está direcionada para transmissão, para o treinamento e para a repetição, tendendo a neutralizar as novas proposições pedagógicas, no máximo transformando-as em modismos fugazes. Por isso, embora essenciais, não bastam apenas mudanças metodológicas, novidades teóricas, a adesão aos princípios de uma escola inclusiva, democrática, com práticas avaliativas voltadas ao sucesso do educando, é indispensável ainda a superação da estrutura tayloristafordista, redefinindo os espaços, os tempos e os modelos de trabalho escolar.

Segundo Azevedo (2007), a experiência da escola cidadã destaca concepções, práticas e estruturas inovadoras que visam uma educação de qualidade social, distante da lógica mercantil. A ênfase na cultura participativa, na reflexão pedagógica sobre a não-aprendizagem e na busca por fundamentos científicos na educação legitima a visão de que a não-aprendizagem é uma falha da escola, e a reprovação e evasão são formas de exclusão social. Isso levou à convicção da necessidade de reinventar a escola, rompendo com concepções convencionais. Os avanços na formação em serviço demonstraram que a estrutura tradicional da escola favorece a transmissão e a repetição, neutralizando propostas pedagógicas inovadoras. Assim, para aderir a uma escola inclusiva e democrática, além de mudanças metodológicas e teóricas, é importante superar a estrutura taylorista-fordista, redefinindo espaços, tempos e modelos de trabalho escolar. Oliveira (2011, *apud* Ferreira; Santos, 2014), conceituam as políticas educacionais em relação às políticas públicas da seguinte maneira:

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (Oliveira, 2001, *apud* Ferreira; Santos, 2014).

Dessa forma, ao mencionar "políticas públicas educacionais", refere-se especificamente às ações, decisões e estratégias que um governo implementa ou considera implementar no contexto da educação escolar. Embora "educação" seja um conceito abrangente que engloba diversos aspectos do desenvolvimento humano, as políticas educacionais concentram-se principalmente nas questões relacionadas às escolas, como instituições de

ensino, currículos, métodos pedagógicos, formação de professores, infraestrutura escolar, entre outros elementos específicos do ambiente educacional formal. No entanto, as políticas públicas educacionais representam um enfoque mais restrito dentro do amplo campo da educação, priorizando os aspectos escolares e institucionais.

De acordo com Höfling (2001, p. 31-32), “as políticas públicas representam intervenções do Estado destinadas a manter as relações sociais dentro de uma formação social específica”. É inconcebível conceber o Estado sem um projeto político e uma teoria social que abarquem toda a sociedade. Isso sugere que essas ações governamentais são instrumentos utilizados para moldar, manter as dinâmicas sociais em uma sociedade específica, enfatizando assim, o papel ativo do Estado na condução de políticas que afetam diversos setores da sociedade, incluindo a educação, saúde, economia e outros, buscando influenciar e regular as relações entre os cidadãos e instituições.

Nessa perspectiva, Teixeira (2002, p.2), também menciona que “a função do Estado como responsável em promover ações que promovam a inclusão social dos grupos economicamente desfavorecidos”. O autor afirma que tais políticas consistem em diferentes diretrizes e princípios orientadores da ação do poder público. Elas estabelecem regras e procedimentos para as relações entre o poder público e a sociedade, funcionando como mediadoras entre os atores sociais e o Estado.

Conforme o autor supracitado, políticas públicas não são apenas ações isoladas do governo, mas sim conjuntos de princípios que orientam a ação do poder público em relação às questões específicas, que também atuam na interação entre o Estado e a sociedade, buscando equilibrar interesses e promover o bem-estar geral. Destarte, Costa (2015, p.143 -144) defende que as

políticas públicas refletem uma natureza conflitiva de cada sociedade. Por isso, não adianta discutir o conceito de política pública independente das realidades sociais e históricas, culturais e identitárias de cada sociedade. Cada comunidade tem uma história própria, que traz desafios diferentes, ou seja, os limites das Políticas Públicas indefinidas. Elas são da própria concepção de Políticas Públicas. Isso cria um campo em eterna reconstrução. Quais são os limites, quais são os objetivos, quais são as práticas, quais são as formas de implementação, quais são as formas de avaliação, quais são as formas de legitimação (...) eu poderia passar a noite inteira mencionando temas da Política Pública no Brasil que levariam a gente a reflexões dessa natureza.

Conforme o autor, a ideia de que as Políticas Públicas estão em constante reconstrução destaca a necessidade de adaptação aos contextos em evolução. Isso implica na constante reavaliação dos limites, objetivos, práticas, implementação, avaliação e legitimação das políticas. No contexto brasileiro, observa-se a riqueza de temas que poderiam ser abordados, levando a reflexões profundas sobre as diversas dimensões das Políticas Públicas e suas

implicações. Essa abordagem reconhece que as Políticas Públicas não são estáticas, mas dinâmicas e moldadas pelas circunstâncias para compreender e aprimorar a eficácia dessas políticas em diferentes contextos sociais e históricos.

Enfatiza-se que as políticas públicas educacionais representam uma garantia fundamental para assegurar o direito previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988), no art. 205, que estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Dessa maneira, as políticas públicas educacionais são desenhadas para garantir o acesso equitativo à educação, promover a qualidade do ensino e criar ambientes de aprendizagem inclusivos, oferecendo oportunidades de aprendizado que preparem os indivíduos para a participação ativa na sociedade e no mercado de trabalho. Assim, ao reconhecer a necessidade de construir uma nova identidade de ensino, as políticas públicas buscam fomentar mudanças estruturais, pedagógicas e sociais que visam melhorar a educação e garantir a igualdade de oportunidades para todas as crianças.

Diante disso, entende-se a necessidade de gestores públicos comprometidos com todos os grupos e classes sociais que priorizem políticas públicas de educação como ferramenta para reduzir desigualdades. O PME foi, portanto, um exemplo de iniciativa política que buscou uma abordagem educativa que valoriza o desenvolvimento integral dos sujeitos, reconhecendo e integrando seus saberes individuais que não se limita apenas à transmissão de conhecimentos.

Neste contexto, segundo Moll (2012), o PME representa uma estratégia indutora que, no âmbito pedagógico e curricular, colabora para a progressiva expansão e reorganização do tempo escolar, além de proporcionar a inclusão progressiva dos estudantes em experiências educativas escolares ampliadas e ressignificadas. Uma escola que originalmente funcionava em um único turno, com espaços definidos para manhã, tarde e, às vezes, para os três turnos diários, não se transforma de um dia para o outro em uma escola de jornada ampliada que oferece várias refeições diárias e diversifica a experiência formativa dos estudantes.

Na visão de Moll (2012), o PME atuou como um agente estratégico para a transformação do tempo escolar, colaborando diariamente para a expansão gradual e a reorganização pedagógica e curricular das escolas, ampliando as oportunidades educativas dos estudantes. Com a extinção do PME, o Programa Novo Mais Educação (PNME) foi estabelecido pela Portaria MEC nº 1.144/2016 (Brasil, 2016) e regulamentado pela Resolução FNDE nº 17/2017. Este novo programa adotou uma abordagem de tempo integral, focando

principalmente no reforço das disciplinas curriculares fundamentais, como português e Matemática, que são valorizadas nas avaliações em larga escala.

De acordo com o artigo 1º da Portaria, o PNME tem como objetivo aprimorar o aprendizado em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Isso é alcançado através da extensão da jornada escolar de crianças e adolescentes, com uma complementação de carga horária semanal de cinco ou quinze horas no turno e no contraturno escolar. O programa prevê a realização de acompanhamento pedagógico nestas disciplinas, além do desenvolvimento de atividades nas áreas de artes, cultura, esporte e lazer, visando impulsionar a melhoria do desempenho educacional (Brasil, 2016).

O Programa foi implementado através do acompanhamento pedagógico em língua portuguesa e matemática no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador brasileiro que considera o fluxo e o rendimento dos alunos em avaliações em larga escala, servindo como ferramenta para monitorar as metas de qualidade na educação básica. Essa política foi aplicada nas escolas públicas de ensino fundamental, por meio de colaboração institucional e cooperação com as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação, com apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação (MEC).

Ao considerar a educação integral como aquela que abrange todas as dimensões do ser humano, proporcionando-lhe as habilidades necessárias para a participação social e a emancipação, conforme descrito por Morgan, Fontes Iglesias e Mendes Najjar (2021), é importante destacar o retrocesso observado no acesso à educação integral para todos, que ocorreu com a reformulação do Programa.

Após consulta ao Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Básica, para obter uma posição formal a respeito Novo Mais Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), recebeu devolutiva de que o Programa foi encerrado em dezembro de 2019. A UNDIME é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986 e com sede em Brasília/ DF, cuja missão é articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social.

Com o fim do PME e PNME mencionados anteriormente, foi introduzido em Maracanaú-CE, local da pesquisa em estudo, o Contraturno Escolar, regulamentado pela Lei 2.687 de 30 de janeiro de 2018 (Maracanaú, 2018). Este modelo educacional oferece diversas atividades extracurriculares para os estudantes durante os períodos fora da sala de aula regular, aproveitando o tempo disponível para ampliar a aprendizagem. O objetivo é proporcionar uma

formação mais abrangente e integrada, utilizando o tempo livre dos alunos para oferecer oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

É importante esclarecer que, após o término do PNME em 2019, houve uma reestruturação das políticas educacionais no Brasil, com diversas iniciativas e programas voltados para promover a educação integral nas escolas brasileiras, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024. Este plano, instituído pela Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014), define diretrizes e metas para a educação no país e destaca a cooperação federativa entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para alcançar esses objetivos. O PNE estabelece metas que vão desde a erradicação do analfabetismo até a promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade socioambiental. Em relação à ampliação da jornada escolar, a Meta 6 prevê: "oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica" (Brasil, 2014).

No contexto do município de Maracanaú-CE, onde a ampliação da Jornada Escolar foi estabelecida pela Lei nº 2.687 de 30 de janeiro de 2018 (Maracanaú, 2018), que substituiu o PNME, refletindo o esforço do município para alinhar-se às diretrizes e metas do PNE, promovendo a ampliação da jornada escolar e a educação integral. As três políticas mencionadas anteriormente, PME, PNME e Contraturno, são discutidas a seguir.

### **3.1 O programa mais educação e o programa novo mais educação**

No ano de 2007, o PME foi desenvolvido pelo governo federal brasileiro com o objetivo principal de expandir e aprimorar a educação no Brasil, especialmente nas escolas públicas. O governo buscava ampliar as oportunidades educacionais para qualificar e melhorar o aprendizado dos alunos.

Como ideal de uma educação pública e democrática, a proposta de educação integral, presente na legislação educacional brasileira, compreende o ser humano em suas múltiplas dimensões e como ser de direitos. Partindo deste entendimento, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) incorporou em seus desafios a promoção da Educação Integral, e com ela, a perspectiva de ampliar tempos, espaços, atores envolvidos no processo e oportunidades educativas em benefício da melhoria da qualidade da educação dos milhares de alunos brasileiros. Desse ideal constitui-se o Programa Mais Educação como estratégia do governo federal para a promoção da educação integral no Brasil contemporâneo (Brasil, 2010, p. 5).

O PME tinha como objetivo ampliar o tempo que os estudantes passavam na escola, reconhecendo que um período de aulas tradicional muitas vezes não é suficiente para atender plenamente às necessidades educacionais dos alunos. O programa envolvia a inclusão de atividades extracurriculares que aumentavam o tempo de aprendizado e promoviam o desenvolvimento de habilidades diversas.

No ano de 2017, o PME encerrou seu ciclo, dando lugar PNME, que emergiu com a missão de ampliar as fronteiras da educação integral no Brasil. Criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 (Brasil, 2016), seu propósito era enfrentar os desafios educacionais nacionais, como a evasão escolar, a baixa qualidade do ensino e a escassez de oportunidades educativas para todos. Através de atividades extracurriculares e uma abordagem educacional mais holística, o programa almejava elevar o padrão educacional e fomentar o crescimento dos estudantes. Assim, tais políticas e iniciativas buscam proporcionar uma educação mais ampla, abraçando atividades para além do currículo convencional, bem como desenvolver integralmente os alunos e confrontar as disparidades sociais presentes no país. O Programa valoriza ações que considerem as seguintes orientações:

Contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora;  
Promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades;  
Integrar as atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes;  
Promover, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais participantes, a capacitação de gestores locais;  
Contribuir para a formação e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens; fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não governamentais e esfera privada; fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros;  
Desenvolver metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do Poder Público em territórios mais vulneráveis; e  
Estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Brasil, 2007, art. 6º).

A iniciativa foi coordenada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Sua operacionalização foi feita por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Neste sentido, observa-se a educação em tempo integral na tentativa de garantir uma melhor formação dos alunos tanto no aspecto cognitivo como no seu desenvolvimento

social, emocional e cultural. Na busca de fomentar essa educação, o programa oferecia atividades diversificadas nas áreas como: raciocínio lógico, linguagens e códigos, esportes, artes, cultura, teatro e saúde, dentre outras, na modalidade do contraturno escolar, ou seja, no período contrário às suas disciplinas regulares, estimulando assim, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o sentido de pertencimento, o protagonismo estudantil e a construção de uma sociedade mais pacífica.

Na visão de Moll (2014), a educação integral, representada pela escola em tempo integral e pela formação plena do ser humano, é essencial para enfrentar as desigualdades na educação. Esse modelo fortalece o aprendizado e cultiva habilidades socioemocionais, preparando os cidadãos para o convívio social.

O PNME teve por finalidade contribuir para a:

- 1) alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;
- 2) redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar; e
- 3) melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais – 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular.
- 4) ampliação do período de permanência dos alunos na escola (Brasil, 2016).

O PNME chegou às escolas públicas do ensino fundamental por meio de parcerias institucionais com as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação, apoiado financeiramente pelo MEC. Por outro lado, o PDDE, estabelecido em 1995, regulou o suporte técnico e financeiro, além da supervisão e controle, conforme a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (Brasil, 2009). O PDDE oferece assistência financeira a escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, além de escolas privadas de educação especial sem fins lucrativos.

Para auxiliar e realizar as atividades previstas no planejamento do PNME, foram definidas as seguintes funções:

- articulador da Escola, que será responsável pela coordenação e organização das atividades na escola, pela promoção da interação entre a escola e a comunidade, pela prestação de informações sobre o desenvolvimento das atividades para fins de monitoramento e pela integração do Programa com Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. O Articulador da Escola deverá ser indicado no Plano de Atendimento da Escola, devendo ser professor, coordenador pedagógico ou possuir cargo equivalente com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, em efetivo exercício, preferencialmente lotado na escola;
- mediador da Aprendizagem, que será responsável pela realização das atividades de Acompanhamento Pedagógico;
- facilitador, que será responsável pela realização das 7 (sete) horas de atividades de escolha da escola (Brasil, 2009).

Além desses atores, cada Secretaria de Educação, no ato de adesão, indicou um coordenador municipal, distrital ou estadual que deram acompanhamento do programa.

A ampliação da jornada escolar proporcionada pelo PNME permitiu um acesso de aprendizagem e melhorias da qualidade de educação com foco na alfabetização, letramento, desempenho em língua portuguesa e matemática, redução do abandono escolar, melhoria do rendimento escolar e ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola. Para Moll (2014, p. 908):

O programa que substitui o PME, denominado Novo Mais Educação, representou descontinuidade e retrocesso, como de resto, o conjunto das políticas implementadas nas diferentes áreas de ação do governo federal, emplacando uma agenda de tempo integral, colonizado pelo reforço das disciplinas curriculares, valorizadas pelas avaliações de larga escala.

De acordo Moll (2014), a substituição do PME pelo PNME pode ter representado uma mudança de direção nas políticas educacionais, com potenciais consequências negativas para a equidade, diversidade curricular e abordagem holística da educação. Ainda segundo a autora, considerando que

o avanço da escolaridade está diretamente ligado às condições de vida da população e à execução de políticas públicas que garantam condições de acesso e permanência na escola, percebemos, também, a necessidade de ampliarmos esses debates, sobre o acesso e a permanência na escola (Moll, 2017, p. 66).

Vale ressaltar a importância de avaliar de perto os impactos das políticas implementadas e sua eficácia, garantindo que atendam às necessidades dos alunos e da comunidade escolar. É fundamental que todos os envolvidos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e contribuir para uma sociedade mais justa e sustentável.

Evidencia-se que no ano de 2019, durante o governo de Michel Temer, o encerramento do PNME foi percebido como um retrocesso no acesso à educação. O seu fim repentino resultou na interrupção de projetos e atividades em andamento, impactando severamente muitas escolas que dependiam de seus recursos e estrutura para manter suas atividades educacionais.

A descontinuidade desses projetos pode ter prejudicado o progresso educacional dos alunos e a implementação de planos educacionais já estabelecidos. Além disso, essa situação pode ter agravado as desigualdades educacionais ao deixar essas escolas sem os recursos necessários para enfrentar os desafios específicos de suas comunidades, contribuindo para o aumento das disparidades sociais.

É importante destacar que a falta de acesso à educação limita as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e econômico dos estudantes. Portanto, a continuidade e o apoio adequado a programas educacionais são extremamente importantes para promover um ensino de qualidade e equitativo para todos os alunos.

### **3.2 O contraturno**

De acordo Tschoke (*et al.*, 2011, p.5), o “contraturno é o período contrário ao horário formal de aula, ou seja, se os alunos frequentam a aula pela manhã, o contraturno é à tarde e vice-versa”. É, portanto, um período adicional fora do horário regular de aulas, no qual os estudantes têm a oportunidade de participar de projetos, atividades extracurriculares e programas de reforço escolar.

Nesta perspectiva, o contraturno pode proporcionar acesso a momentos de enriquecimento educacional que complementam o currículo, auxiliar na recuperação da aprendizagem, aumentar o envolvimento dos discentes na escola, como também pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas deles, onde todos os alunos podem se matricular, principalmente os que têm um baixo desempenho escolar. Silva (2011, p. 23) acrescenta que:

O rendimento escolar pode ser definido como as modificações no indivíduo proporcionadas pela aprendizagem no contexto escolar e que são mensuradas e categorizadas em índices (notas ou conceitos) que apontam critérios de aproveitamento da situação de ensino e aprendizagem de conteúdos (bom rendimento) ou o não aproveitamento do ensino e aprendizagem insatisfatória (fraco rendimento).

Esses critérios de rendimento são importantes para avaliar o progresso dos alunos, identificar áreas em que possam precisar de apoio adicional e tomar decisões educacionais, como promoção para o próximo ano letivo, participação em programas de reforço no contraturno escolar. Convém destacar que o rendimento escolar é influenciado por uma variedade de fatores, incluindo o ambiente escolar, a qualidade do ensino, o engajamento dos alunos, fatores socioeconômicos, dentre outros, intervenções específicas são necessárias para melhorar o desempenho escolar.

No contexto do Município de Maracanaú, o Programa de Ampliação Escolar, conhecido como Contraturno, foi estabelecido pela Lei nº 1.781, de 26 de dezembro de 2011 (Maracanaú, 2011) e substituído posteriormente pela Lei nº 2.687, de 30 de janeiro de 2018 (Maracanaú, 2018). Esse programa segue o modelo do PME, sendo mantido pela prefeitura local.

No âmbito do Programa Contraturno, os monitores são voluntários e recebem uma ajuda de custo, sem nenhum vínculo empregatício com a prefeitura. Essa iniciativa busca, dessa forma, ampliar o tempo de aprendizado dos estudantes através de atividades extracurriculares, proporcionando uma formação mais completa e integrada para os alunos da rede de ensino de Maracanaú.

Para tanto, é necessário disponibilizar uma escola com condições estruturais adequadas para receber os estudantes em tempo integral, a fim de permitir uma educação ampla e inclusiva, destacando assim a visão de uma escola que vai além do ensino em período parcial, proporcionando uma educação de fato integral aos estudantes.

Não se trata apenas de um simples aumento do que já é ofertado, e sim de um aumento quantitativo e qualitativo. Quantitativo porque considera um número maior de horas, em que os espaços e as atividades propiciadas têm intencionalmente caráter educativo. E qualitativo porque essas horas, não apenas as suplementares, mas todo o período escolar, são uma oportunidade para que os conteúdos propostos sejam ressignificados, revestidos de caráter exploratório e vivencial, protagonizados por todos os envolvidos na relação de ensino- aprendizagem (Gonçalves, 2006, p. 132).

Gonçalves (2006), destaca a importância de ampliar tanto a quantidade quanto a qualidade da educação, oferecendo mais tempo educacional, tornando as atividades mais significativas e exploratórias e incentivando a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento. Dessa forma, busca-se prolongar o ensino e aprimorá-lo, tornando-o mais envolvente e focado no desenvolvimento educacional.

Percebe-se que a educação em tempo integral ainda está em processo de construção tanto no Brasil quanto no município de Maracanaú, enquanto se busca simultaneamente uma ampliação qualitativa. Existem diversos desafios relacionados à formação profissional, à estrutura física e pedagógica das escolas, e ainda há muito a avançar nessa modalidade educacional que requer uma abordagem pedagógica diferenciada.

Na EMEIEF Napoleão Bonaparte Viana, o contraturno é coordenado por um responsável pelo programa e conta com dois monitores, além de monitores específicos para os alunos do 6º ao 9º ano. Um total de 120 alunos dessas turmas estão matriculados no programa, sendo selecionados os 40 mais assíduos para um desempenho destacado. As aulas ocorrem fora do horário regular de ensino, focando principalmente em Língua Portuguesa e Matemática, além de incluir atividades de educação ambiental e recreação. O espaço é dividido em dois ambientes menores para acomodar as atividades.

O contraturno escolar na referida instituição representa uma extensão do processo de ensino-aprendizagem, oferecendo oportunidades significativas para o desenvolvimento integral das crianças. Através de atividades extracurriculares diversificadas, os alunos têm a

chance de explorar interesses variados, desenvolver habilidades não acadêmicas, fortalecer suas interações sociais e promover um estilo de vida saudável. Gadotti (2009, p. 68) argumenta que:

As propostas atuais de tempo integral estão muito mais preocupadas em estender o direito de passar “mais tempo na escola” às camadas mais pobres da população. A escola privada das classes médias e ricas já é de tempo integral. Pode-se dizer que o aluno da escola privada dispõe de tempo integral dedicado à sua educação. Geralmente ele dispõe de um “contraturno”, com aulas complementares de esporte, lazer, reforço em línguas estrangeiras, balé, judô etc.

Embora as iniciativas atuais de educação em tempo integral busquem ampliar o acesso para as camadas mais pobres da população, é importante notar que escolas privadas, frequentadas por alunos de maior poder aquisitivo, já adotam há tempos o modelo de tempo integral. Nessas instituições, os estudantes têm acesso a uma ampla gama de atividades extracurriculares que complementam sua formação acadêmica.

A questão não se resume ao cumprimento de horário estendido na escola, mas à possibilidade de desenvolver plenamente todas as potencialidades humanas, incluindo sociabilidade, cultura, arte, lazer, cuidado com o corpo e desenvolvimento mental. Essa disparidade revela uma desigualdade educacional no tempo disponível e em recursos financeiros, infraestrutura, qualidade do ensino e oportunidades educacionais.

O contraturno escolar surge, portanto, como uma forma de melhorar essa situação, oferecendo atividades extracurriculares variadas durante o período oposto às aulas regulares. Essas atividades incluem reforço escolar, dança, teatro, música, esportes e outras práticas que alternam entre momentos lúdicos e atividades que demandam concentração. Tal formato visa complementar a formação dos estudantes e enriquecer sua experiência de aprendizado. Conforme pondera Cavalieri (2002, p. 249):

As recentes políticas públicas que buscam garantir a permanência das crianças na escola revelam a percepção, por parte da sociedade, de que existe a necessidade de construção de uma nova identidade para a escola fundamental, sendo a primeira e indispensável condição para a integração efetiva de todas as crianças na escola.

Atualmente, as abordagens pedagógicas contemporâneas valorizam a participação ativa dos alunos, a autonomia e responsabilidade, aprendizagem baseada em problemas, o trabalho em equipe, o uso de tecnologias entre outros elementos que promovam uma educação mais engajadora e significativa. Diante disso, o contraturno age com aulas de reforço escolar de forma a contribuir com o apoio aos alunos que estão enfrentando dificuldades de aprendizagem em alguns componentes curriculares. Destarte, as aulas do contraturno auxiliam os alunos a superar obstáculos, preencher lacunas de conhecimento e desenvolver habilidades.

O programa contraturno é coordenado pelo Articulador do Programa, cuja função é facilitar o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e os "macrocampos" que abrangem temas como meio ambiente, esporte e lazer, cultura e artes, inclusão digital e educomunicação. Além disso, o contraturno, opera em harmonia com o PPP da Escola, focando nas necessidades específicas dos alunos. Isso ocorre após a identificação das dificuldades por meio de observações em sala de aula, avaliações formativas, análises de desempenho e feedback dos professores. De acordo com Lourenzini (2012, p.22):

A maioria dos alunos que frequentam o programa de reforço escolar apresentam dificuldades no dia a dia da sala de aula, especificamente nas disciplinas de português e matemática, e conseqüentemente nas demais disciplinas, visto que o domínio da linguagem oral e escrita, o raciocínio lógico são componentes fundamentais visando uma aprendizagem qualitativa.

O autor ressalta que muitos alunos que participam de programas de reforço escolar enfrentam desafios no dia a dia da sala de aula, especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa. Esses obstáculos podem comprometer negativamente o desempenho dos alunos em outras áreas do currículo, uma vez que o domínio da linguagem oral e escrita, bem como do raciocínio lógico, são essenciais para uma aprendizagem de qualidade.

A proficiência na linguagem oral e escrita é importante para a comunicação eficaz e para a aprendizagem em diversas disciplinas, permitindo que os alunos compreendam, expressem e comuniquem seus conhecimentos de maneira eficaz. Portanto, é fundamental que as escolas incentivem o desenvolvimento dessas habilidades, oferecendo oportunidades e estratégias para aprimorá-las.

Uma vez identificados com dificuldades, os alunos são selecionados para receber um acompanhamento direcionado e contínuo, onde são delineadas estratégias de ensino específicas para apoiá-los nas áreas de dificuldade, especialmente em Língua Portuguesa. Utiliza-se aprendizagem colaborativa, avaliações formativas e envolvimento dos pais como recursos de apoio. Cada uma dessas ações visa proporcionar suporte adequado aos educandos com déficits de aprendizagem, monitorando seu progresso por meio de práticas necessárias para superar as dificuldades.

Destaca-se a importância dos pais na efetividade do programa, auxiliando os estudantes e compartilhando progressos e estratégias adotadas. Eles também podem receber orientações sobre como apoiar seus filhos em casa, fornecendo materiais de leitura, incentivando a prática da escrita e criando um ambiente propício para o desenvolvimento das habilidades linguísticas. Essas práticas são relevantes no processo de aprendizagem,

especialmente para alunos com dificuldades de compreensão, adaptando as estratégias de ensino de acordo com as necessidades individuais para superar os desafios educacionais.

Conforme Antunes (2002, p. 31), o aluno não vai à escola apenas para aprender a aprender, mas também para “aprender conteúdos curriculares já elaborados que fazem parte da cultura e do conhecimento”, o que faz com que a construção dos alunos seja peculiar. Dessa forma novos saberes são construídos sobre algo que já existe, circunstância que não impede a atribuição de significado pessoal em um determinado sentido.

Produzir um processo de ensino e aprendizagem que faça sentido para o aluno é essencial para ajudá-lo a superar suas dificuldades. No contraturno, as turmas são menores em comparação às aulas regulares, o que permite ao monitor maior liberdade e flexibilidade para desenvolver metodologias e propostas pedagógicas mais específicas e adaptadas às necessidades individuais dos alunos.

Alguns alunos enfrentam barreiras significativas que dificultam sua aprendizagem. Nesses casos, eles são encaminhados para uma avaliação na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Napoleão Bonaparte Viana. Nesse ambiente, é feita uma análise de todo o histórico do aluno, incluindo informações sobre sua família, gestação e desenvolvimento. Essa investigação torna-se relevante para compreender o aluno e para a implementação de intervenções adequadas. O AEE da escola é composto por duas profissionais especializadas em Educação Inclusiva, que trabalham diretamente com o público-alvo da educação especial, isto é, crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação.

Destarte, além das sondagens realizadas na escola, há também a avaliação por um neuropediatra do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município, que contribui com diagnósticos e orientações para ações pedagógicas ao longo do ano letivo.

Assim, o contraturno na Escola Napoleão Bonaparte Viana ocorre em diversos locais disponíveis, como o pátio, biblioteca, laboratório de informática e quadra esportiva. Esses espaços são de grande relevância para os alunos que enfrentam dificuldades de aprendizagem em diferentes componentes curriculares, proporcionando ambientes alternativos que favorecem a compreensão e assimilação dos conteúdos.

Destaca-se que as dificuldades de aprendizagem são desafios presentes em todas as instituições de ensino e podem ter origens variadas. Superar esses obstáculos é uma tarefa complexa, especialmente quando há limitações como salas amplas, auditórios, laboratórios de informática com computadores em bom estado, acesso à internet, projetores, lousas digitais, refeitórios e banheiros adequados.

Apesar do contexto escolar em que está inserido, o contraturno auxilia na complementação e expansão do currículo dos estudantes por meio da possibilidade de um maior desenvolvimento dos alunos, atuando como um complemento valioso para as atividades regulares. Oferece ainda um vasto conjunto de atividades que reforçam os conceitos aprendidos e promovem o desenvolvimento de habilidades específicas, contribuindo para a melhoria dos índices de aprendizagem.

Assim sendo, o contraturno representa uma estratégia educacional eficaz para apoiar os estudantes em seu processo de aprendizagem, podendo ser implementado de acordo com as políticas institucionais educacionais em diferentes níveis de ensino, adaptando-se às necessidades individuais de cada aluno com o objetivo de maximizar seu desempenho acadêmico.

#### 4 EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INTEGRAL

No Brasil, a ideia de uma educação integral tem gerado debates intensos e se posiciona como uma abordagem relevante nas políticas educacionais, buscando proporcionar aos estudantes uma formação mais completa e unificada. Assim, essa visão continua a ser uma diretriz essencial na jornada pela excelência educacional no país. A escola em tempo integral é definida por Krolow e Casteleins (2009, p. 3859) como:

[...] alternativa da aprendizagem que visa à complementação das oportunidades de aprendizagem, oferta de atividades educativas diversas, articuladas dentro do espaço escolar quanto dos demais espaços públicos, caracterizando um turno complementar para o ensino fundamental.

No Brasil, a Educação Integral remonta aos jesuítas, mas ganhou impulso com o movimento escolanovista, liderado por Anísio Teixeira, um destacado educador que delineou os princípios para concretizar uma visão educacional mais abrangente. Teixeira advogou pela extensão do tempo escolar, especialmente nos primeiros anos de ensino, argumentando que isso seria crucial para oferecer uma educação integral e significativa aos estudantes. Ele via o ensino primário como essencial para formar indivíduos capazes de enfrentar os desafios contemporâneos com equilíbrio. Nas décadas de 1920 e 1930, diante do acesso limitado à escola primária apenas para uma minoria privilegiada, emergiu a necessidade de um modelo educacional que não apenas beneficiasse as elites, mas se estendesse à parcela da população sem acesso à educação escolar.

Conforme Teixeira (1977), até a Primeira Guerra Mundial, a estagnação econômica no Brasil sustentou um sistema dualista que beneficiava principalmente a elite e uma parte considerável da classe média, deixando as camadas populares sem acesso à educação. Após a guerra, especialmente na década de 1920, houve uma crescente demanda por mudanças sociais, incluindo a popularização da escola primária, em um período em que a taxa de analfabetismo alcançava 80% (Aranha, 1989).

Após o término da guerra, especialmente nos anos de 1920, a sociedade clamava por mudanças significativas, iniciando um movimento para tornar a educação primária mais acessível a um número maior de pessoas, em resposta ao alto índice de analfabetismo da época, que afetava cerca de 80% da população. Essa demanda por transformações estava diretamente ligada à necessidade de combater o analfabetismo e garantir oportunidades educacionais mais amplas.

Segundo Teixeira (1968), houve uma expansão do ensino primário nesse período, caracterizada pela redução da duração dos estudos e pela implementação de múltiplos turnos, o que ele descreveu como uma "política de educação popular reduzida". Isso significa que, embora mais pessoas tivessem acesso à escola primária, essa expansão estava sujeita a limitações como menos horas de estudo e aulas distribuídas em diferentes horários. Nagle (1974) destaca que houve uma concepção de escola com responsabilidades sociais ampliadas entre os anos de 1920 e 1929.

A ampliação da rede escolar, o melhoramento das condições de funcionamento das instituições escolares existentes, a criação de novas instituições, até mesmo de caráter para escolar com o que se estende o raio de ação da escola e novas funções lhe são atribuídas (Nagle, 1974, p. 190).

Na história do Brasil, o avanço do sistema educacional trouxe a educação para o centro da sociedade, ampliando seu papel e suas responsabilidades. Esse período marcou um crescimento significativo, onde as escolas não apenas ensinavam, mas assumiam novas funções e se tornavam acessíveis a um número maior de pessoas.

A ideia de uma educação integral já estava em gestação desde o início do século XX, mas foi somente em 1959 que ela ganhou forma concreta com a criação da Escola Carneiro Ribeiro, sob a liderança visionária de Anísio Teixeira. Nessa instituição, Teixeira desenvolveu um modelo inovador de educação integral e introduziu o conceito revolucionário da escola-parque. Este ambiente educacional pioneiro dividia as atividades entre a escola-classe, para o ensino formal, e a escola-parque, onde o aprendizado se expandia para além das salas de aula, integrando-se com o meio ambiente natural. A Escola Parque foi pensada:

[...] com uma dinâmica e uma estrutura que lembravam uma universidade mirim, a ser desdobrada em outros locais da cidade de Salvador e do interior da Bahia, para acompanhar o processo de urbanização e a incipiente industrialização que se instalava (Almeida, 2001, p.128).

Esse modelo visava oferecer uma educação mais completa, indo além da mera transmissão de conteúdos acadêmicos. Na escola-classe, ocorria a instrução formal, enquanto na escola-parque os alunos tinham a oportunidade de desenvolver outras habilidades e participar de atividades práticas como esportes, artes e outras formas de aprendizado.

A iniciativa reflete a visão inovadora de Anísio Teixeira sobre a educação e sua crença na importância de adaptar o sistema educacional às transformações sociais e econômicas em andamento na época. A Escola Parque serviu como um modelo pioneiro que buscava criar oportunidades educacionais mais amplas e proporcionar aos alunos uma educação integral que abrangesse diversos aspectos da vida e do conhecimento.

Teixeira (1959) em seu discurso em Salvador -BA, no Centro Educacional Carneiro Ribeiro afirmou:

Desejamos dar, de novo, à escola primária, o seu dia letivo completo. Desejamos dar-lhe os seus cinco anos de curso. E desejamos dar-lhe seu programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física. Além disso, desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare realmente, a criança para a sua civilização que está difícil por ser técnica e industrial, sendo mais difícil e complexa por estar em mutação permanente. Além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive (Teixeira, 1959, p.78-84).

Teixeira expressou, com isso, o desejo de proporcionar uma educação completa para as crianças, reconhecendo que a educação envolve os conhecimentos formais ao passo que também engloba o desenvolvimento de hábitos, atitudes, aspirações e a preparação para enfrentar os desafios de uma sociedade tecnológica e industrial em constante evolução.

Assim, a criação da Escola Carneiro Ribeiro é considerada um marco na promoção da educação integral no Brasil posto que influenciou a forma como a educação era abordada no país. Contudo, mesmo inovando, Teixeira enfrentou desafios significativos, como a falta de investimento adequado por parte dos governos. Apesar dos esforços, seu modelo de escola não produziu os resultados esperados, especialmente devido à falta de recursos e à prevalência de uma concepção de educação como um produto consumível.

Darcy Ribeiro também corroborou com a ampliação da educação integral no Brasil a partir do modelo dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) propostos por ele. O pesquisador, preocupado com a pobreza e a exclusão social, defendeu uma educação que fosse digna especialmente para os filhos da classe trabalhadora onde propôs um novo modelo de escola que desafiasse o sistema educacional existente.

A proposta de uma nova Escola é elaborada por grandes educadores, como Anísio Teixeira, Almeida Júnior e Lourenço Filho, que lideraram o movimento e escreveram o Manifesto dos Pioneiros de 1932, documento que redefinia o papel do Estado na educação e tinha como principais objetivos a luta pela expansão da escola pública, laica e gratuita, reivindicando maior autonomia para a função educativa e a descentralização do ensino que seriam os únicos meios de combate às desigualdades sociais no Brasil (Saviani, 2004, p. 42-67).

No ano de 2003, o Estado de São Paulo introduziu os Centros Educacionais Unificados (CEUs) durante o governo da Prefeita Marta Suplicy, representando uma evolução na educação popular no Brasil, em resposta às necessidades da sociedade paulistana e brasileira no século XXI. Reconhece-se, diante disso, o papel que a educação desempenha no desenvolvimento do país. Assim, as políticas educacionais têm sido gradualmente expandidas

com o objetivo de melhorar a qualidade da educação, fortalecendo e aprimorando os sistemas educacionais. Neste sentido a educação em tempo integral:

Implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades (Glat; Nogueira, 2003, p.26).

Nesta mesma perspectiva, Felício (2011, p. 165) afirma que:

Os projetos elaborados e desenvolvidos no Brasil evidenciam a necessidade de atrelar a expansão do tempo de permanência do educando na escola à melhoria da qualidade do ensino oferecido, quando explicitam o compromisso de criar oportunidades reais para que os educandos possam se desenvolver em sua plenitude.

Os autores Glat e Nogueira (2003) ressaltam a necessidade de uma reorganização do sistema educacional, com base em concepções e paradigmas atualizados, a fim de proporcionar um desenvolvimento integral dos alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades individuais, dessa forma, requer o uso de práticas pedagógicas inclusivas, contextualizadas e que promovam o desenvolvimento cognitivo, cultural e social dos estudantes.

Os projetos desenvolvidos no Brasil, destacam a importância de atrelar a expansão do tempo de permanência dos estudantes na escola, à melhoria da qualidade do ensino oferecido, desse modo será necessário um planejamento adequado, com a definição de atividades relevantes, pois a ampliação do tempo de permanência na escola permite um contato mais estreito entre os educandos e os educadores, fomentando um ambiente de aprendizado mais acolhedor, e participativo. Dutra e Griboski (2006, p. 26) defendem a ideia de que:

[...] a Educação é um direito de todos. Sua universalização e qualidade significam, além da ampliação das condições para superação das desigualdades sociais, criar possibilidades para que os sujeitos possam questionar a realidade e coletivamente modificar o mundo, a partir de uma concepção de pessoa e de sociedade que reforce o sentimento de responsabilidade, de pertencimento e de engajamento, [...]desafiando todos a repensarem a educação na sua complexidade, no contexto das diferenças.

Apesar disso, a educação integral ainda é um tema desconhecido em sua essência, o que faz com que ela seja confundida com o tempo integral, dada à existência dos programas indutores de educação integral cuja ênfase é o tempo integral (Silva; Colares, 2020). Dutra e Griboski (2006), salientam que a educação é um direito de todos e que sua universalização e qualidade são fundamentais, não apenas para combater as desigualdades sociais, mas também, para capacitar os indivíduos a questionar a realidade e coletivamente transformar o mundo. Essa

visão da educação enfatiza a importância de uma concepção de pessoa e de sociedade que promova o sentimento de responsabilidade, pertencimento e engajamento.

Silva e Colares (2020) relatam que o conceito de educação integral ainda é pouco compreendido em sua essência, reiteradamente, é confundido com o de tempo integral na escola, devido à existência de programas que enfatizam apenas a ampliação do tempo de permanência dos estudantes, ela vai além do tempo integral e busca proporcionar uma formação integral dos indivíduos, abrangendo o aspecto acadêmico e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, culturais, artísticas e esportivas.

Importa salientar que na educação “todos desempenham papel fundamental na eliminação dos preconceitos e na igualização dos direitos” (Hermida; Lira, 2018, p. 165). No entanto, ressalta-se a importância da educação como um agente de mudança social que pode contribuir para a eliminação de preconceitos e para a promoção da igualdade de direitos, onde é responsabilidade de todos colaborar nesse processo de transformação.

#### **4.1 A educação integral no Ceará**

As políticas públicas voltadas para a educação em tempo integral no Brasil têm uma história relativamente recente, com marcos importantes, particularmente no estado do Ceará. A Constituição Federal de 1988, por exemplo, promoveu a descentralização e democratização do sistema educacional. Em seguida, a LDB estabeleceu as diretrizes gerais da educação no Brasil e introduziu o conceito de educação em tempo integral como uma modalidade educacional, permitindo a expansão das escolas que adotam esse modelo.

Além disso, o PNE, como instrumento de planejamento educacional no Brasil, tem orientado políticas públicas ao estabelecer metas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação, incluindo o fortalecimento da educação em tempo integral. Outro destaque é a Base Nacional Comum Curricular – BNCC – (Brasil, 2018), documento normativo essencial para o sistema educacional brasileiro, que define as diretrizes curriculares para a educação básica, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio. A BNCC é:

um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2018, p. 9).

Dessa forma, entende-se que a BNCC é de fato um escrito normativo que estabelece um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem

adquirir ao longo das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica no Brasil, onde tem o propósito de garantir que todos os estudantes tenham assegurados os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que está previsto no PNE. De acordo com Cury (2018, p. 48):

A elaboração de uma base nacional comum curricular tem a ver com a constituição de uma cidadania portadora de uma representatividade e de participação. E a educação escolar é uma forma de viabilizar esta vida cidadã nos espaços de uma coesão nacional que garanta os princípios de igualdade e da liberdade.

A BNCC reconhece a importância da educação integral para o desenvolvimento dos alunos onde os estudantes tenham uma formação que os prepare para uma participação ativa na sociedade e para lidar com as complexidades do mundo atual.

Dessa forma, a base reconhece que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem (Brasil, 2018, p.13).

Destarte, a aprovação da Base BNCC em 2017 gerou controvérsias quanto à transparência e à democracia do processo. A percepção de que a BNCC foi aprovada de maneira antidemocrática, sem ampla discussão com a sociedade, levantou preocupações sobre o modo de operação dos diversos atores envolvidos, tanto de instituições públicas quanto privadas. De acordo com Adrião (2017), o processo de construção da BNCC incorporou interesses do movimento empresarial e do grande capital alinhados com organizações como a Organização para o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Esses grupos, conhecidos como filantropos de risco ou filocapitalistas, articulam braços sociais de grupos empresariais e fundos de investimento em busca de retornos financeiros. Entre as entidades envolvidas estão a Fundação Lemann, Cenpec, Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Fundação SM, Insper e Instituto Fernando Henrique Cardoso. Tais organizações, exercem influência na educação básica através de programas e serviços variados, influenciando também as políticas e práticas educacionais.

A preocupação com a privatização da educação é central neste debate. Segundo Adrião *et al.* (2016), a privatização pode se manifestar através da direção e execução de estratégias que influenciam a gestão, oferta e currículo das escolas. No caso específico da BNCC, a disputa se dá em torno do conteúdo educacional e sua transformação em mercadoria.

Essa crítica aponta para uma falta de compromisso com os princípios de participação e inclusão, essenciais para a construção de políticas públicas legítimas e eficazes. É importante que os processos de formulação de políticas sejam mais inclusivos, transparentes e respeitosos das contribuições de todos os envolvidos, garantindo que a educação pública no Brasil avance de maneira democrática e equitativa. Não se trata somente de questionar a legitimidade da BNCC, mas sim do contexto em que foi elaborada e aprovada, marcado pela ausência de participação social e por profundos conflitos políticos, além das pressões exercidas por diversos grupos de interesse.

A interação entre interesses empresariais e políticas públicas evidencia a necessidade de uma maior participação democrática e consideração das vozes de educadores e especialistas na formulação de políticas educacionais.

O estado do Ceará demonstra um alinhamento com as metas estabelecidas no PNE de 2014-2024. Este compromisso é evidenciado pelo esforço contínuo em expandir a disponibilidade da educação em tempo integral, especialmente para os alunos que mais necessitam desse modelo educacional. O foco na assistência às escolas que atendem estudantes em condições de vulnerabilidade social reflete um compromisso sólido com a igualdade na educação, visando proporcionar oportunidades mais equitativas a todos os estudantes.

Segundo a Secretaria de Estado de Educação do Ceará (SEDUC), o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) foi estabelecido como política pública prioritária em 2007. Inicialmente direcionado à garantia da alfabetização dos alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental na rede pública cearense, o PAIC evoluiu ao longo dos anos. Em 2015, o governador Camilo Santana lançou o MAIS PAIC, ampliando o escopo do programa para abranger do 1º ao 5º ano, além de incluir também o Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano, em todas as escolas públicas dos 184 municípios cearenses.

Essas iniciativas destacam o comprometimento do estado do Ceará em promover uma educação de qualidade e acessível, focada no desenvolvimento pleno dos estudantes e na redução das desigualdades educacionais. O estado se posiciona como um exemplo de implementação efetiva de políticas educacionais que visam atender às necessidades específicas de seus alunos, especialmente os mais vulneráveis socialmente.

O PAIC teve um papel fundamental na estruturação do Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), uma iniciativa do Ministério da Educação. Desde sua evolução para o MAIS PAIC em 2016, o programa ampliou suas metas para não apenas garantir a alfabetização, mas também para aprimorar a aprendizagem, reduzir desigualdades e fortalecer a cooperação entre o Governo do Estado e os municípios cearenses. Essa iniciativa conta com

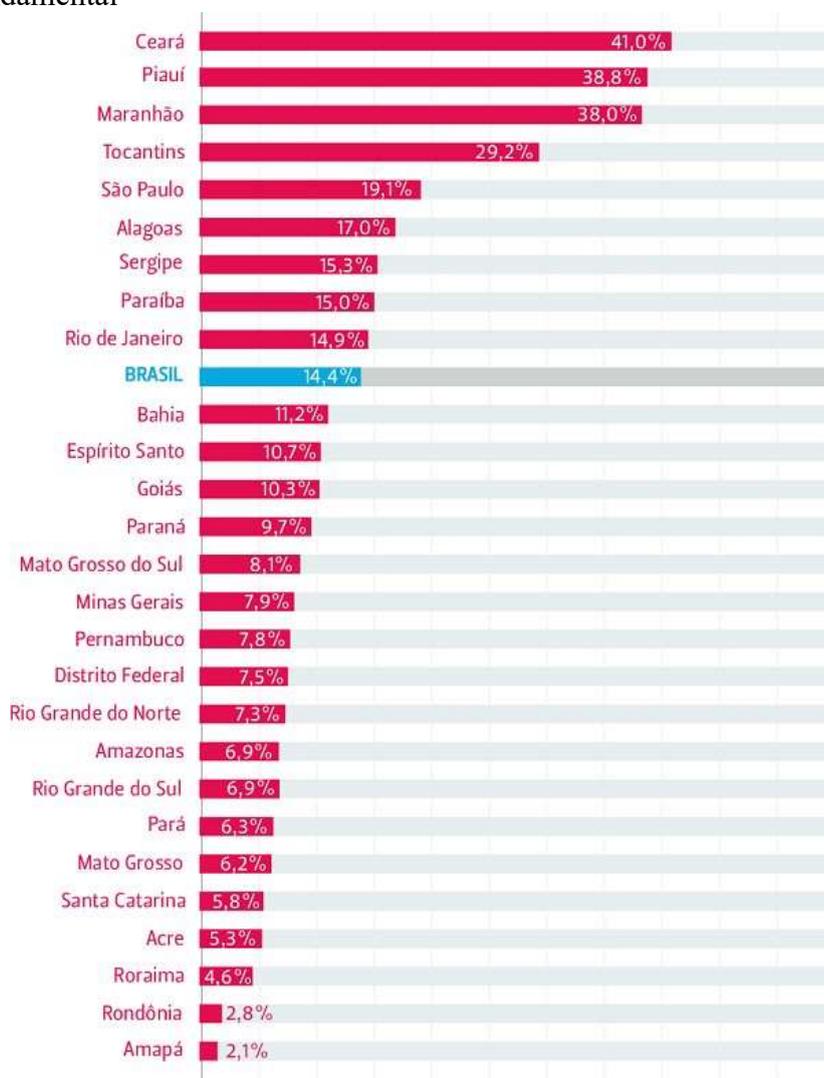
o patrocínio de diversas entidades importantes como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME-CE), Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará (APDMCE), Secretaria da Cultura do Ceará (SECULT), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e Fórum de Educação Infantil (FORÚM CE).

Além disso, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), trouxe mudanças substanciais para o ensino médio no Brasil. Entre elas, destacam-se o aumento do tempo mínimo de permanência do estudante na escola, de 800 horas para 1.000 horas por ano, e a introdução de uma nova estrutura curricular que inclui a implementação da BNCC. Essa reforma também promove a oferta de múltiplas opções de escolha aos estudantes, chamadas de itinerários formativos, que visam fortalecer tanto as áreas de conhecimento quanto a formação técnica e profissional dos alunos.

Art. 24.: §1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017 (Brasil, 2017).

O Ceará possui uma extensa trajetória de colaboração com os municípios, visando aprimorar a aprendizagem e reduzir as desigualdades. A pactuação através do PAIC Integral respeita a autonomia dos municípios, permitindo-lhes avançar nessa estratégia de forma mais eficaz. Os gráficos abaixo, oriundos do Censo Escolar do ano de 2022, apontam o total de alunos matriculados em tempo integral, no ensino fundamental e médio no Brasil.

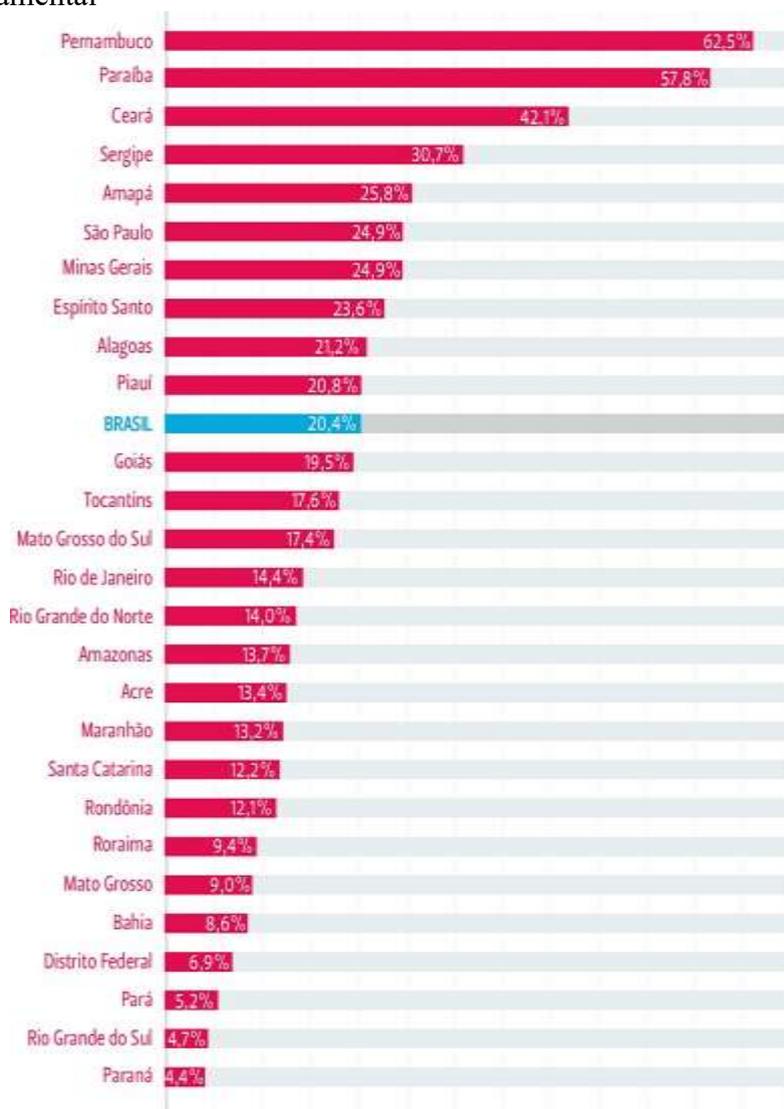
Gráfico 1 - Proporção de alunos matriculados em tempo integral no Ensino Fundamental



Fonte: Brasil (2023). – Censo escolar 2023

O gráfico acima revela dados sobre a proporção de alunos matriculados em tempo integral no Ensino Fundamental, destacando o desempenho do Ceará em comparação com a média nacional. No Ceará, 41% dos alunos do Ensino Fundamental estão matriculados em tempo integral. A média nacional de matrículas em tempo integral no Ensino Fundamental é de 14,4. Este percentual é quase três vezes maior que a média nacional. Isso significa que, proporcionalmente, o Ceará tem um número muito maior de alunos do Ensino Fundamental em tempo integral em comparação com a média dos outros estados brasileiros. Esses dados indicam, portanto, que o Ceará lidera em termos de proporção de alunos matriculados em tempo integral no Ensino Fundamental entre todos os estados do Brasil.

Gráfico 2 - Número de matrículas na modalidade integral do Ensino Fundamental



Fonte: Brasil (2023).

No gráfico acima, o Ceará ocupa a terceira posição no Brasil em relação a alunos matriculados na modalidade integral. A taxa de alunos da rede pública matriculados nesse modelo é de 42,1%, enquanto a média nacional de alunos matriculados a esses moldes é de 20,4%. A proporção de alunos cearenses matriculados em tempo integral (42,1%) é mais do que o dobro da média do Brasil (20,4%).

Portanto, são muitos os esforços no cenário cearense, principalmente através do Paic Integral, PAIC Integral, da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, anteriormente chamado de Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC, validado pela Lei nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007 (Ceará, 2017), e ampliado pela Lei nº 15.921, de 15 de dezembro de 2015 (Ceará, 2015), tem por objetivo principal a cooperação entre o Governo do Estado e os

184 (cento e oitenta e quatro) municípios cearenses. O programa estabelece, como finalidade primordial, o apoio técnico, financeiro e pedagógico aos municípios, visando ampliar as oportunidades de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e garantindo a qualidade da aprendizagem e a equidade no ensino da rede pública, por meio de um conjunto de ações definidas e organizadas pelo Programa. A lei amplia o Programa de Aprendizagem na Idade Certa, agora Paic Integral, estabelecendo a jornada prolongada nas redes municipais. A implementação ocorre de forma progressiva até 2026, iniciando-se a partir das turmas de 9º ano em 2023.

#### **4.2 O município de Maracanaú e ampliação da jornada escolar**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Maracanaú é um município localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, no estado do Ceará, Brasil. Foi criado pela Lei nº 10.811 em 4 de julho de 1983 (Maracanaú, 1983). O nome "Maracanaú" tem origem tupi e significa "lagoa onde bebem as maracanãs", referindo-se a uma espécie de ave.

Em 06 de março de 1983, o município conquistou sua emancipação política e administrativa de Maranguape, após dois plebiscitos impulsionados por movimentos emancipatórios locais. Segundo o censo do IBGE de 2022, Maracanaú possui uma população de 234.392 pessoas, com densidade demográfica de 2.230,80 habitantes por km<sup>2</sup> em seu território (IBGE, 2022).

O município abrange uma área territorial de 312,353 km<sup>2</sup> e está localizado a uma altitude de 48 metros. Situa-se aproximadamente 24 km ao sul da capital do estado, Fortaleza. Maracanaú faz divisa ao norte com Fortaleza, ao sul com os municípios de Pacatuba e Maranguape, ao leste com Pacatuba e ao oeste com Caucaia e Maranguape.

Em 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita alcançou R\$ 123.370,17, posicionando o município em segundo lugar no estado em termos de PIB total, atrás apenas de Fortaleza, e segundo em PIB per capita, superado apenas pelo município de Eusébio. Em 2021, o salário médio mensal era equivalente a 2,7 salários-mínimos, com uma taxa de ocupação de 31,38% da população total, o que o coloca como o terceiro município mais ocupado do estado entre 184.

Administrativamente, Maracanaú está dividido em três distritos: Maracanaú (sede), Pajuçara e Mucunã. Destaca-se como o maior polo industrial do Ceará, com alto desenvolvimento tecnológico que resulta em uma demanda reduzida por mão de obra menos qualificada. A base econômica predominante do município está centrada no setor de serviços.

É relevante mencionar que a agricultura desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico local, evidenciado pela presença da Central de Abastecimento do Ceará S/A (CEASA). A diversidade econômica da região é notável, com a coexistência de diferentes setores que contribuem significativamente para a geração de renda e o fortalecimento da economia municipal.

Nos arredores do distrito industrial, foram erguidos conjuntos habitacionais que abrigam a maior parte da população, formando verdadeiras aglomerações urbanas. É crucial observar que esses assentamentos foram estabelecidos com uma atenção parcial às necessidades de infraestrutura.

Em relação à escolarização em 2010, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos de idade era de 96,1%. Quanto ao IDEB, no ano de 2021, a média para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública foi de 5,9 e para os anos finais foi de 5,2 (IBGE, 2010). No que se refere aos domicílios, 68,8% possuem esgotamento sanitário adequado, 70,2% dos domicílios urbanos estão em vias públicas com arborização, e apenas 8,1% dos domicílios urbanos estão em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2022).

Em síntese, Maracanaú é um município em constante crescimento, o que pode contribuir para o aumento da desigualdade social e segregação espacial, com a concentração de populações em áreas precárias e sem acesso a serviços básicos essenciais. Apesar de possuir uma economia diversificada, enfrenta desafios típicos de áreas urbanas em desenvolvimento, como disparidades econômicas, problemas de infraestrutura e qualidade da educação. São necessários investimentos em políticas que visem reduzir estas disparidades e promover um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo em toda a cidade. O planejamento urbano e o investimento em serviços básicos são cruciais para enfrentar esses desafios e garantir um progresso sustentável e equitativo.

A Política de Ampliação de Jornada Escolar em Maracanaú, denominada Contraturno, ocorre como uma séria iniciativa local específica do município de Maracanaú. No estado do Ceará, segue uma linha semelhante ao PME, buscando ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola e oferecer uma educação integrada, como parte dos esforços para melhorar a qualidade da educação e promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

O PME, política iniciada pelo Ministério da Educação em 2008, buscou reaver os ideais de educação integral propostos pelo Movimento dos Pioneiros da Educação, na década de 1930. Para isso, instituiu possibilidades de ampliação da jornada escolar. Tem como objetivo contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação

de ações, de projetos e de programas do Governo federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processo e conteúdos educativos. (Brasil, 2007).

Segundo Camurça (2013), o município de Maracanaú apesar de preencher os requisitos mínimos para a implementação do PME, população com mais de 200 mil habitantes e possuir escolas com baixo IDEB, só foi incluído mediante reivindicação formal da secretaria de educação ao MEC. Ainda segundo a autora (2013, p. 68) “inicialmente, essa estratégia de ampliação do tempo escolar foi destinada para 17 (dezessete) escolas. Já no ano de 2009, o programa se estendeu e passou a funcionar em 49 (quarenta e nove) escolas.”

A jornada escolar ampliada para a educação básica, é respaldada na legislação e em documentos educacionais. A base legal para essa ampliação é a Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus Art. 34 e 87 estabelece:

Art. 34 – A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

2º parágrafo: O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Art. 87, parágrafo 5º - Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral (Brasil, 1996, art. 34 e 87).

Nessa perspectiva, o município de Maracanaú propôs a implementação da estratégia de Ampliação da Jornada Escolar na rede pública de ensino, alinhado a esse princípio e com o objetivo de encontrar soluções para os desafios enfrentados, sejam eles relacionados aos índices de desempenho ou às adversidades a que os alunos estão frequentemente expostos.

Em Maracanaú, a Política de Ampliação de Jornada Escolar reflete esse compromisso, buscando proporcionar uma experiência educacional mais completa aos alunos. A administração Municipal promulgou a Lei de ampliação de jornada escolar sob nº 1.781 em 26 de dezembro de 2011 (Maracanaú, 2011), frente a muitos desafios essa Política propõe em seu Art. 4º, os objetivos da Política de Ampliação da Jornada Escolar no ensino fundamental são: promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes comunitários; favorecer a convivência entre professores, alunos e suas comunidades; disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral; e convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica,

enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral.

Esses objetivos ressaltam a importância de estabelecer uma conexão entre os conteúdos ensinados na escola e os conhecimentos existentes nas comunidades locais. Além disso, enfatizam a criação de um ambiente escolar que promova a interação entre professores e alunos, bem como entre a escola e a comunidade em que está inserida. Destaca-se também a relevância de compartilhar e disseminar boas práticas de escolas engajadas em atividades de educação integral.

Maracanaú buscou proporcionar aos estudantes, oportunidades de interação, apropriação de novos conhecimentos, reflexão sobre suas experiências e posicionamento na sociedade, isso ocorre em resposta à necessidade de melhorar os resultados educacionais e reduzir o fracasso escolar no referido município. O ambiente sociocultural e econômico dos alunos da rede pública também é levado em conta, uma vez que eles frequentemente encaram obstáculos de natureza socioeconômica, visto que a política busca melhorar o aprendizado das crianças, ao mesmo tempo em que diminui sua exposição a perigos sociais.

Conforme apontado por Montaña (2015, p. 22-23), o programa indutor à educação integral, iniciado em 2007 e que obteve em 2014 mais de 4 milhões de matrículas em todo o Brasil criou uma demanda social bastante significativa e deu visibilidade ao tema. A ideia da “escola de dia inteiro” ganhou destaque no cenário político, o que pode ser percebido nos discursos emitidos no horário eleitoral no pleito de 2014, nos quais candidatos de diversos partidos levantaram como bandeira de luta a permanência e ampliação do horário integral nas escolas”.

Segundo o autor acima, o conceito de "escola de dia inteiro" se tornou um tema relevante no cenário político na sociedade como um todo, isso demonstra como a educação integral se tornou uma pauta prioritária e amplamente discutida, ela foi vista como uma abordagem inovadora e eficaz para melhorar a qualidade da educação e atender às necessidades dos estudantes. Esse modelo não apenas proporcionava mais tempo de aprendizado, mas também oferecia oportunidades para atividades extracurriculares, suporte e acesso a serviços como alimentação escolar e acompanhamento psicossocial.

Nenhuma escola construída como “escola de turno”, com espaços delimitados para determinado número de estudantes para a manhã, para a tarde, e às vezes para os três turnos diários, “transforma-se”, de um dia para o outro, em escola de jornada ampliada, em escola que inclui várias refeições diárias, em escola que acompanha, qualifica e diversifica a experiência formativa de seus estudantes.

É evidente que a educação em tempo integral ainda está em processo de construção tanto no Brasil quanto no município de Maracanaú. Enquanto se busca ampliar qualitativamente essa modalidade educacional, surgem diversos desafios relacionados à formação profissional, à estrutura física e pedagógica das escolas. Há muito a avançar nesse modelo de educação, que requer uma abordagem pedagógica diferenciada capaz de estimular o protagonismo dos estudantes, promover a interdisciplinaridade e desenvolver habilidades socioemocionais de forma plena e equitativa para todos os estudantes.

Na EMEIF Napoleão Bonaparte Viana, a falta de infraestrutura é uma realidade, com salas, refeitório, auditório e laboratório inadequados. As aulas ocorrem em dois ambientes distintos: uma sala menor e outra mais espaçosa, equipadas com lousa e ventiladores. Os monitores utilizam Datashow durante as aulas, que acontecem no contraturno das atividades regulares, focando em Língua Portuguesa e Matemática. Além disso, os alunos participam de aulas de educação ambiental, onde são realizados projetos educativos, preventivos e de conscientização, abordando temas como preservação ambiental, alimentação saudável, educação para a paz e resolução de conflitos, promovendo uma cultura de não-violência, empatia e respeito mútuo. As atividades recreativas ocorrem na quadra esportiva da escola.

Todas essas atividades do contraturno são integradas ao currículo escolar, buscando conectar e unificar os conhecimentos e saberes adquiridos nos diversos componentes curriculares. Essa abordagem proporciona uma visão interdisciplinar e ampla do aprendizado, estendendo o processo de ensino e aprendizagem para oferecer oportunidades de desenvolvimento integral aos alunos.

Apesar das limitações de espaço e recursos, o contraturno escolar na EMEIF Napoleão Bonaparte Viana visa oferecer uma variedade de atividades que permitem aos alunos explorar interesses, desenvolver habilidades cognitivas e psicossociais, fortalecendo a socialização e promovendo um estilo de vida saudável. Essa iniciativa demonstra o compromisso da escola em proporcionar uma educação integral, mesmo diante de desafios estruturais significativos.

Conforme Freire (2005, p. 46), é preciso esclarecer “ser impossível pensar a prática educativa, portanto a escola, sem pensar a questão do tempo, de como usar o tempo para aquisição de conhecimento, não apenas na relação educador-educando, mas na experiência inteira, diária, da criança na escola”.

O autor destaca a importância de uma experiência educacional que transcenda a simples transmissão de conhecimento, a ênfase recai sobre a necessidade de estimular a curiosidade dos alunos, incentivando uma postura ativa em relação à aprendizagem, à

compreensão do conhecimento de maneira abrangente, abordando o fenômeno epistemológico em sua totalidade, sugerindo uma visão holística do aprendizado, onde os diversos elementos do conhecimento são integrados, permitindo que sejam compreendidos em conjunto, em vez de serem abordados de maneira isolada. Essa abordagem visa criar uma compreensão mais profunda e conectada do conhecimento, incentivando os alunos a explorar ativamente e a entender as relações entre os diferentes conceitos.

Freire (2000, p.47) destaca ainda que: “ensinar não é transferir conhecimento, mas sim, criar possibilidades para construção”. Sua concepção defende uma educação libertadora, na qual os alunos não são apenas receptores passivos, mas sim agentes ativos na criação do próprio entendimento. Dessa forma, criar possibilidades para construção implica em proporcionar experiências, desafios e contextos nos quais os alunos possam explorar, questionar e construir significados, a partir de suas próprias experiências e interações com o mundo no sentido de desenvolver habilidades, pensamento crítico e a capacidade de aplicar o conhecimento de maneira significativa na vida dos alunos.

É na perspectiva de uma educação emancipadora que se promove a recuperação da aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos. Mesmo sendo implementada a ampliação da jornada escolar na rede pública município de Maracanaú, percebeu-se que são muitos os desafios educacionais que vão desde baixos índices de desempenho acadêmico, falta de recursos financeiros, à infraestrutura, como salas de aula superlotadas, falta de equipamentos, bibliotecas inadequadas e insuficiência de instalações esportivas.

Conforme Garcia (2014, p. 144), a infraestrutura escolar pode ser entendida como “as instalações, equipamentos e serviços necessários para garantir o funcionamento da escola e auxiliar na aprendizagem do aluno”. Esse conceito explica, em parte, porque a infraestrutura escolar é um dos aspectos da educação brasileira que vem chamando a atenção há anos. Vários autores associam-na ao desempenho escolar.

## 5 APRESENTAÇÃO DAS NARRATIVAS E FICHA INDIVIDUAL DOS ALUNOS

Este capítulo apresenta as narrativas derivadas das entrevistas realizadas e o texto comparativo e analítico individual que permitiu um olhar coletivo acerca da avaliação da Política Pública do Contraturno dos participantes. Está dividido em três partes: caracterização dos participantes da pesquisa, as narrativas dos participantes e o texto interpretativo analítico.

### 5.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Inicialmente, buscou-se identificar algumas características acerca do perfil dos participantes. A seguir, apresenta-se a Tabela 1, com uma síntese da caracterização dos informantes.

Tabela 1 - Caracterização dos sujeitos

Sujeito	Caracterização
Coordenadora Pedagógica	Sexo: feminino Tempo de atuação: 11 anos Área de atuação: Coordenadora do 6º ao 9º Formação: Pedagogia e Letras
Coordenadora da Jornada Ampliada	Sexo: Masculino Tempo de atuação: 14 anos Área de atuação: Língua Portuguesa/Articulador Formação: Pedagogia e Letras
Monitor da Jornada Ampliada	Sexo: Masculino Tempo de Jornada Ampliada: 5 anos Área de atuação: Monitor Matemática Formação : Licenciatura em Matemática em Curso
Monitora da Jornada Ampliada	Sexo: Feminino Tempo de Jornada Ampliada: 1 ano Área de atuação: Monitor de Língua Portuguesa Formação: Licenciatura em Pedagogia em Curso
Professor do Ensino Médio	Sexo: Masculino Tempo de atuação: 14 Área de atuação: Professor Formação: Letras/Matemática
Mãe do aluno do contraturno	Sexo: Feminino Mãe Ensino Médio Completo

Aluna da Jornada Ampliada

Sexo: Feminino

Tempo de Jornada Ampliada- 1 ano

Área de atuação: Aluna

Forma de atuação: Aluna

Fonte: Elaborada pela Autora (2024).

A tabela acima demonstra que os entrevistados atuam ou atuaram direto ou indiretamente na Política Pública do Contraturno em diferentes papéis: Coordenadora Pedagógica, Coordenador de Articulação, Professor do Ensino Médio da Rede Estadual Rui Barbosa, docente da escola que indiretamente participa da Política do Contraturno no sentido que recebeu os discentes da referida política pesquisada, Monitor de Matemática, Monitora de Língua Portuguesa, Mãe de Aluno do Contraturno e Aluna do Contraturno.

## 5.2 Apresentação das narrativas

Nesse item, são apresentadas as narrativas realizadas com os sujeitos e as concepções sobre a Política Pública do Contraturno.

### 5.2.1 Coordenadora pedagógica

Os aspectos mais importantes no programa Contraturno, tem muitos aspectos importantes, mas eu posso citar três: permanência do aluno mais tempo na escola, né? A certeza e a garantia do alimento escolar que é oferecido na escola também, né? No contraturno e o reforço onde eles têm com os monitores, né? Aulas para reforçar principalmente aqueles pontos mais críticos que ficaram na educação básica. Pronto, os aspectos que poderiam melhorar no contraturno seriam ter um espaço adequado para o contraturno, para o funcionamento do contraturno. Geralmente os espaços são adaptados, né? E a gente, eu acho que o espaço adequado facilitaria, é, que os monitores fossem melhores remunerados, eles recebem apenas uma bolsa que é um valor bem irrisório com isso dificulta a gente, é, encontrar pessoas que queiram trabalhar nesse serviço de monitoria e também é, que os alunos pudessem ter no contraturno, é, aulas, aulas de artes com profissionais da área, isso aí também é um aspecto que eu acho que facilitaria muito, é, o resultado positivo do programa. Hum, três pontos que dificultam a execução do programa são exatamente esses, é um espaço adequado né? Melhor salário para os bolsistas, para os monitores, né? E o trabalho qualificado, que por conta do salário da bolsa valor que eles recebem não ser um valor, é satisfatório, acaba que a gente também não pode fazer uma boa escolha de profissionais. Exatamente isso mesmo, a própria palavra já diz, né? O programa contraturno, é, um ensaio para o tempo integral, né? Então eu avalio que é muito positivo os pais terem essa segurança de mandarem as crianças, né? No contraturno escolar pra escola sabendo que aqui eles vão tá aprendendo, vão tá convivendo, né? Dentro do ambiente escolar, isso talvez seja o aspecto mais positivo. Sim, o programa tem contribuído, né? Bastante para melhorar o desempenho das crianças. Nós ainda temos a dificuldade do aluno que não vem, né? Por uma condição da família, de não poder trazer e até mesmo de interesse do aluno, mas aqueles que vêm para o programa com certeza eles têm um resultado bastante positivo. Pronto. Hoje nós tentamos

trabalhar o programa do contraturno dentro da perspectiva das avaliações externas, né? Repassando para os monitores, seus planejamentos, matrizes, né? De referência das avaliações externas também, trabalhando dentro dos descritores, né? Próprios mesmo do currículo, então dessa forma eles têm aqui no contraturno um reforço escolar o que influencia diretamente, né? Nos resultados positivos da escola. Sim, sim, é um programa de perspectiva integral, né? Ainda as crianças só não ficam aqui para a hora da refeição do almoço, mas eles entram, eles entram no horário que se eles estudam de manhã, ele entra na escola uma hora, para o contraturno e saem às quatro e trinta. Se for à tarde, eles entram às sete da manhã e saem às dez e trinta, né? Eles não têm intervalo, exatamente por conta que nós não temos um espaço adequado para também garantir o seu horário de intervalo. Na verdade, os pais participam muito pouco desse processo, por falta de conhecimento, por falta de interesse, por falta de saber valorizar realmente também, mais assim a gente não conta com os pais nesse feedback dos pais, não temos o feedback dos pais eles acham bom, interessante mais de uma forma assim geral, poder vir para a escola, mas eles não dão sugestões de como melhorar o programa. Através de incentivo, né? De orientação, de conversas. Fazer com que eles entendam a importância, né? Dessa aula que eles têm, desse, desse momento a mais na escola, que é muito rico, muito interessante pra eles, então a gente vem tentando conscientizá-los dessa forma, da importância que isso aqui vai ter na vida escolar deles. São os que nós já usamos comumente na escola. É, o que nós temos assim de mais atrativo, né? Digamos assim, além da parte cognitiva é a quadra escolar para utilização de atividades esportivas, né? Que eles gostam muito e é uma forma de incentivá-los a vir para o contraturno. É um programa muito bom, né? Pode trazer muitos resultados bons, positivos, mas ele tem que ser um programa, tem que ser pensado de uma forma bem objetiva, né? E para funcionar um contraturno na estrutura física adequada e o recurso humano adequado também (CP, 2024).

### ***5.2.2 Coordenador articulador***

Bem, cito a ajuda do reforço escolar por disciplina, a aprendizagem do aluno para a vida, interação entre os alunos. Pagarem melhor os monitores para melhorar o trabalho deles, com mais vontade. É, deveria ter apostila para cada disciplina ou oficina. A frequência dos alunos serem mais constantes para melhorar o andamento do processo escolar. É a falta de participação dos alunos em alguns meses, indisciplina, falta de estrutura da unidade escolar. Temos uma sala para lecionar mesmo sendo pequena e uma boa quadra, isto ajuda o desenvolvimento dos alunos tanto na parte física como estrutural e emocional. É, ajuda muito na integração dos alunos, formando seres responsáveis e faz com que os alunos se dediquem mais ao estudo com muita vontade e que aprendam e vençam na vida. Os pais, alunos veem no Contraturno uma possibilidade de melhoria no aprendizado, é válido o programa, porém os pais não colaboram com ideias de melhorias. Com certeza, principalmente aqueles que são interessados, eles se dedicam, se esforçam e tiram boas notas, já os menos interessados, mesmo assim, veem os outros se interessarem e se esforçam para melhorar as notas na escola. Sim, na matemática, foi nas quatro operações que eles melhoraram muito, em casos e problemas, também no raciocínio lógico. Eles têm mais facilidade de resolver problemas, já no português, na leitura e na escrita houve muito avanço, também nos gêneros textuais, isso faz com que eles cresçam e mais tarde façam ótimas provas para a vida. Ah, dividir a turma por série, melhoria de ambiente para estudo, sala climatizada, local de pesquisa para os alunos que eles desenvolvam e melhorem tanto na leitura como nos cálculos. É diversificar as atividades levando em conta os interesses dos alunos, fazer dinâmicas para enriquecer a aula, fazer com que os alunos participem e tornem um ser transformador da aula. Sala de informática, jogos, é, de leitura, jogos de sílabas, jogos de matemática, que envolvam sólidos geométricos também para melhorar eles a praticarem prática de esportes para desenvolver o intelecto, a forma física e o da vida para a humanidade (CA, 2024).

### ***5.2.3 Professor ensino médio***

As turmas dos primeiros anos do ensino médio no ano de 2024 dos alunos oriundos da Escola Napoleão Bonaparte Viana uma grande parte participava da Política do Contraturno estão mostrando um bom nível de motivação e preparação, o que reflete um trabalho eficaz de transição do ensino fundamental para o médio. Observa-se que a maioria dos alunos chegou pré-moldada para essa nova etapa, principalmente em matemática, embora existam algumas deficiências, estas não são tão significativas. Existe uma base sólida de conhecimento, no geral, os alunos estão bem preparados, apesar de espaço para melhorias, o envolvimento familiar e a abordagem humana dos professores anteriores foram cruciais para esse resultado positivo, os alunos vieram motivados a aprender, com a participação ativa das famílias, especialmente das escolas de onde vieram, onde os professores demonstraram um olhar humanizado e empático de grande relevância para o desenvolvimento integral dos alunos e para o sucesso em suas trajetórias educacionais futuras (PEM, 2024).

#### ***5.2.4 Monitor de matemática***

Tenho 34 anos, sou estudante do quinto semestre de Matemática na Universidade Estadual do Ceará, atuo no Contraturno há 5 anos. É feito um planejamento pedagógico semanalmente baseado naquilo que os alunos apresentam no contraturno, naquilo que eles estão vendo em determinado momento. A partir daí é pesquisado questões, outras questões são elaboradas e daí é feito o plano de aula para ser trabalhado com os alunos, para ser executado naquele momento com os alunos na sala de aula. É dessa forma. É baseado tanto no que ele está vendo em sala de aula, através de um acompanhamento, tanto conversando com eles, olhando o caderno ou consultando os professores dele, os professores titulares, como também pensando nas provas externas, tipo SAEB, SPAECE, enfim. Esse planejamento tanto atende o conteúdo interno, né? Pro aluno obter uma nota e passar no final do ano, como também o conteúdo para as provas externas e ainda com relação a esse questionamento assim eu como material de apoio, né? Eu busco livros didáticos do aluno, outros livros que eu tenho em casa e mais questões que eu pesquiso em sites, em blogs, seleciona questões, ou elaboro outras para poder trabalhar com eles em sala de aula na tentativa de ajudá-los a melhorar o rendimento por bimestre. Como aspectos interessantes que eu poderia citar do contraturno seria por exemplo a empolgação que o aluno sente em querer ir ao quadro responder uma questão, apresentar uma resposta, a experiência que se adquire naquela rotina que se tem com os alunos do contraturno e a confiança que eles depositam em nós que estamos no dia a dia com eles no contraturno em querer resolver uma questão, em querer obter uma resposta e querer aprender sente que o aluno ele embora tendo aquela dificuldade, embora muitas vezes tem lá suas distrações, mas tem esse lado, de querer aprender, de querer buscar melhorar o seu aprendizado. A questão do espaço porque ora o contraturno tem, ora não tem ele acaba que perdendo, então tem que ter estabilidade com relação ao espaço, espaço físico com os alunos. É, a questão de ganho mesmo, é ganho financeiro com relação ao monitor ter direito a uma melhoria no ganho, digamos assim porque é tido como voluntário, mas contudo é um trabalhador, então deveria participar de bônus que a escola ganha e ter reajuste naquilo que recebe porque por exemplo, já está com sete anos que não tem um reajuste em que se paga por turma e aí isso deveria melhorar também a questão do ganho do monitor a Secretaria de Educação proporcionar essa melhoria no ganho. No salário, enfim, né? É um dos aspectos. E outro é questão de material pra, por exemplo no esporte, não deixar faltar o material pra dar uma aula legal com os alunos, fazer uma variedade de atividades, atividades esportivas, recreativas nesse aspecto aí. Com relação a, por exemplo, material pra se trabalhar em sala de aula atividades de boa, porque tem ali é a xerox se eu envio uma atividade pra ser impressa assim é feita nessa parte de boa, beleza, mas é só questão de mais material pra no caso do esporte, né? Não deixar faltar aquele material pra propiciar uma aula bem-feita, propiciar uma variedade de atividades com os meninos na quadra, por exemplo, que às vezes falta, às vezes tem, carece. E pra atender um maior número de alunos no caso teria de ter também mais contratações. Isso ajudaria a melhorar mais. Ter mais contratações. Contudo já deu um grande salto, né? Mas há muito nesses

aspectos que foram citados há muito que melhorar. Levando em conta o contexto em que eu estou inserido, ou seja, a instituição em que eu atuo, o que pode ser citado como pontos que dificultam a execução do programa em Maracanaú seria falta de recursos, às vezes falta de recursos e aí eu poderia citar por exemplo no caso da horta faltou recursos. Eu tive que me virar, tirar do próprio bolso pra comprar o material. Outro ponto, às vezes, é a falta de apoio de quem está muito próximo do monitor, do professor, do contraturno, e não entender a dinâmica ou não compreender a didática e querer dificultar. E um terceiro ponto que poderia ser citado como empecilho seria a falta de interesse em primeiro momento. Há uma falta de interesse por parte do aluno mais que isso, logo é superado pela motivação que o professor desperta no aluno e aí ele começa a participar. As condições estruturais, elas estão de certo modo razoáveis dá pra seguir com elas. Precisando sempre de melhorias e adaptação. Mas que é possível sim ter uma experiência em sala de aula, onde haja de algum modo um resultado positivo. Um resultado que venha satisfazer tanto a necessidade de o aluno como fazer com que o professor se sinta com o seu trabalho realizado. Embora tenha que enfrentar algumas dificuldades. É uma boa iniciativa. É um bom início pra se implantar o tempo integral. Uma vez que o aluno começa a ter aquela, aquela, aquele compromisso de estar na escola em dois, é em dois horários. Ampliando a presença dele na escola e participando demais é um bom começo para a implantação do tempo integral. Sim tem contribuído porque por exemplo isso é constatado quando o aluno demonstra satisfação. O aluno chega para o monitor, o professor de contraturno e fala que valeu, que ajudou, que ele conseguiu fazer uma boa prova. E muitas vezes eles mesmos dizem, né? Que demonstram satisfação e dizem que foi o reforço que os ajudou a tirar uma nota melhor na prova tem aqueles que demonstram satisfação, aliás insatisfação mais uma maior parte demonstra satisfação em estarem no programa em ter participado e que o programa os ajudou a tirar uma nota melhor. Existe uma certa estabilidade na relação entre a comunidade e o programa que é percebida no compromisso que os pais têm ou o responsável pelo aluno tem de mandar o aluno pra escola ao saber que aquele aluno foi solicitado pelo professor titular e se fazer no reforço porque precisa, porque tem uma certa dificuldade, que precisa ser vencida, que precisa ser trabalhada pra poder esse aluno, é melhorar seu rendimento. Aí a partir daí é que muitos pais têm aquele cuidado de manter aluno naquele momento, naquele compromisso de estar na escola nos dizem que há o contraturno, é? E uma vez por outra isso é reduzido, né? Percebe-se uma ausência do aluno e aí a gente começa a imaginar que os pais têm algo por alguma, então não está conseguindo manter esse menino indo para o contraturno por conta dessa ausência chegamos a essa conclusão, mas aí de repente volta de novo então fica por muito tempo uma estabilidade nessa relação é percebido pequenos avanços no aprendizado do aluno. Embora haja aquela de parece estar sempre naquele ciclo. Aprende, esquece, faz revisão. Aprende, esquece, faz revisão. Apesar disso a gente percebe pequenos avanços quando ele começa a praticar quando ele começa a fazer com mais frequência as atividades começa a frequentar mais a se envolver mais a ir é ao quadro a tentar fazer uma questão apresentar uma solução para uma situação num caderno e depois levar pro quadro aí começa a ver pequenos progresso e aí a gente sente que está havendo ali uma evolução. Embora haja que ele vai e vem, né? Como eu já citei antes. A história do aprende esquece faz revisão. E assim a questão de identificar áreas de melhoria, essas melhorias eu vou citar no caso da matemática que é a área em que eu atuo essas melhorias ela é sentida quando o aluno, por exemplo consegue dominar o conteúdo em algum momento parece esquecer, mas de repente ele recupera e aí ele traz de volta aquela habilidade que ele outrora havia desenvolvido. Também na questão do compromisso com a escola que seria outra área, né? Questão do respeito, a questão da educação com outras áreas que a gente pode citar, também em que há ali de certo modo melhoria. Existe uma certa estabilidade na relação entre a comunidade e o programa que é percebida no compromisso que os pais têm ou algum responsável pelo aluno tem de mandar o aluno pra para a escola ao saber que aquele aluno foi solicitado pelo professor titular e se fazer no reforço porque precisa, porque tem uma certa dificuldade, que precisa ser vencida, que precisa ser trabalhada pra poder esse aluno, é melhorar seu rendimento. Aí a partir daí é que muitos pais têm aquele cuidado de manter aluno naquele momento, naquele compromisso de estar na escola nos dias que há o contraturno, é? E uma vez por outra isso é reduzido, né? Percebe-se uma ausência

do aluno e aí a gente começa a imaginar que os pais têm algo por alguma então não está conseguindo manter esse menino indo para o contraturno por conta dessa ausência chegamos a essa conclusão, mas aí de repente volta de novo, então fica por muito tempo uma estabilidade nessa relação. É percebido pequenos avanços no aprendizado do aluno, sempre que possível sim, sempre que elas estão acessíveis e à disposição para uso no momento da aplicação da atividade e quando também há uma justificativa, uma necessidade de se utilizar essas tecnologias. Elas ajudam muito, mas é preciso haver um objetivo pra que seja bem claro o uso dessas tecnologias, realmente elas devem fazer parte da rotina sempre que pode ser (MM, 2024).

### ***5.2.5 Monitora de língua portuguesa***

Tenho 19 anos, sou estudante do primeiro semestre de Pedagogia na UNIFAEL - Centro Universitário Fael, atuo há um ano no programa Contraturno. O planejamento das aulas do contraturno é baseado nas necessidades do aluno. Nós recebemos toda uma orientação da coordenação na escola e dos professores. Os professores nos orientam a trabalhar determinados conteúdos. As atividades são organizadas de acordo com a solicitação, né? No caso da coordenação e professores, e a gente pega os conteúdos de blogs, de livros didáticos diversificados e assim é feito todo esse trabalho. Para melhorar o rendimento escolar do aluno, como é que a gente faz no universo bastante diversificado deles, a gente tenta trabalhar em equipe, né? Para que funcione verdadeiramente para os alunos, as diferentes formas para ensinar o conteúdo ao aluno com mais facilidade, ou seja, os alunos que melhor dominam um conteúdo vão ajudando na deficiência daquele que tem dificuldade. Ainda precisamos de um ambiente que contribua para o aprendizado, trabalhamos, é, com muita ainda escassez de materiais didáticos. Falta ambiente onde planejar, ambiente para ensinar, e às vezes só falta o interesse do aluno. Daria uma nota sete, mas ainda precisa melhorar muito. É um programa convidativo para os alunos interessados em aprender mais sobre as matérias escolares, e mais tempo de aprendizado para o aluno. Sim, com toda certeza. Diria que foi significativa. Tiveram melhoria na leitura, escrita e nas áreas de matemática. É, daria uma nota seis, os pais deveriam tornar-se mais próximos da escola e da vida escolar do seu filho. É, seu uso é feito em forma de atividades didáticas, avaliativas, entre outras coisas (MLP, 2024).

### ***5.2.6 Mãe de aluno***

A Política pública do Contraturno no avanço de aprendizagem envolve o desempenho e desenvolvimento do aluno, também pode envolver complicações ao longo do aprendizado, e todo aluno tem esse direito de aprender, e o contraturno serve justamente para ajudar em específico os alunos com dificuldades nas matérias, exemplo: A Matemática, segue sendo uma das matérias mais difíceis de se assimilar. O contraturno trás bons resultados, ou seja, seus benefícios são: o aluno adquiri boas notas, tarefas completas, bom desempenho, mente aberta para o aprendizado e muitas outras coisas. Para finalizar, a importância que o Contraturno deixa para os alunos e para os pais, é ver que eles se dedicam e aprendem a valorizar o estudo, as matérias e principalmente o conhecimento, ele tem um papel valioso na vida dos nossos filhos. Meu muito obrigada.

### ***5.2.7 Aluna do contraturno***

Eu achava muito bom conviver lá com os professores Alexandre e Ellen, eles eram professores incríveis. O que eu mais gostava de fazer eram as aulas de matemática, eu aprendi bastante, porque é uma matéria muito importante, poucas pessoas se interessam. Como eu sou uma aluna no Contraturno, eu acho que os professores

gostam de mim, o Alexandre principalmente, porque ele era um professor que ajudava bastante, e eu aprendi muito com ele e às vezes, é, ele me usa como exemplo no quadro para eu responder e vai me ajudando passo a passo. E já, em português eu gostava porque eu aprendi muitas coisas também que eu não aprendia dentro de sala ou que eu deixei pra trás, mas a Sueli também é uma ótima professora, mas eu aprendi bastante no contraturno com eles. Eu colaboro muito com os monitores, é, sempre fui muito respeitosa com eles, com o Alexandre, com a tia lá, gostava muito deles até, e eu ajudava às vezes os alunos que tinham mais dificuldades da minha aprendizagem, porque tinha uns alunos que não aprendiam a matéria, que aprendiam junto comigo, mas eu ajudava, né? A matéria que aprendi e ajudava os que tinham dificuldade para aprender. Sim, eu estou satisfeita com o espaço que a gente tinha e tem hoje em dia no contraturno. É, ano passado a sala era onde é a sala dos professores hoje em dia, mas eu gostava muito de lá, era um canto bem espaçoso, bem legal. E hoje é na sala da biblioteca ou na sala de informática, mesmo assim é bem legal. O contraturno, eles me ajudaram bastante, como eu disse dentro de sala eu aprendia, só que tinha umas coisas que tinha muita dúvida, eu não perguntava aos professores para eles continuarem as aulas, mas lá no reforço eu aprendi como fazer coisas que eu tinha deixado para trás, que eu achei que era difícil, mas era fácil, às vezes tinha umas coisas fáceis, era? O projeto era quando o professor Alexandre levava a gente pra horta, pra fazer plantinhas, essas coisas, a gente ia pra lá, aprendia bastante, ele ensinava a plantar, a regar, a gente cuidava das plantas todo dia. Uma vez a gente fez até cheiro verde, passou uns dois meses e ele devolveu, depois no final pra gente levar pra casa. O significado do contraturno pra mim é que eles são umas pessoas incríveis que ajudam a ajudar os alunos que têm muita dificuldade assim com a aprendizagem de português, matemática, educação física, hoje em dia também, hoje em dia é o Alexandre e a professora Isabele, né? Gosto muito deles dois, eu espero que eles gostem de mim porque sou uma aluna que me esforço cada dia mais para alcançar o meu objetivo que é ter mais aprendizagem, e surpreender os professores para chegar no objetivo deles, que é ensinar o aluno como eu.

### 5.3 Análise das narrativas

A partir dos relatos dos participantes sobre a Política do Contraturno, analisam-se as falas dos entrevistados por segmento.

Evidencia-se inicialmente o perfil dos profissionais que atuam no contraturno escolar. Os dois monitores que trabalham na Escola Napoleão Bonaparte Viana na política do Contraturno do ano de 2023 são graduandos em busca de adquirir conhecimento, compreender conceitos, praticar habilidades e aprimorar competências em suas áreas de estudo. Nesta perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais por meio da Resolução CNE/CP nº 2 (Brasil, 2015) concebem a formação superior como um processo contínuo e permanente de formação fundamentada na competência teórico-prática, preparando o profissional para atender às novas demandas do mundo do trabalho.

O monitor de Matemática, com cinco anos de atuação no Programa do Contraturno, está avançado no curso de Licenciatura em Matemática, demonstrando uma vasta experiência e um forte senso de pertencimento, o que se reflete no cuidado minucioso com o programa.

Quanto à monitora de Língua Portuguesa, ela iniciou recentemente o curso superior e possui apenas um ano de experiência na Política do Contraturno.

O primeiro relato é da coordenadora pedagógica, que destaca os principais aspectos do Contraturno, como a permanência prolongada dos alunos na escola, o acesso à alimentação escolar e o reforço educacional em áreas críticas. No entanto, ela aponta desafios significativos, como a falta de espaço adequado e a remuneração insuficiente para os monitores. Apesar dessas dificuldades, reconhece os benefícios do Contraturno para o desempenho dos alunos e a importância de conscientizar os pais sobre o programa. Destaca também a quadra escolar como um incentivo para a participação dos alunos, oferecendo atividades esportivas e recreativas. Por fim, ressalta a necessidade de um planejamento eficaz e recursos adequados para o funcionamento ideal do Contraturno.

A segunda fala é do Coordenador/Articulador da Política do Contraturno, que apresenta uma série de observações e sugestões relacionadas ao programa. Ele destaca a importância do reforço escolar por disciplina para a aprendizagem dos alunos e sua preparação para a vida. Menciona a necessidade de remuneração adequada aos monitores e elenca desafios enfrentados, como a falta de participação dos alunos e a inadequação da estrutura escolar. Salaria os benefícios do Contraturno, incluindo a integração dos alunos e o desenvolvimento físico e emocional. Propõe melhorias, como a diversificação das atividades para desenvolver habilidades intelectuais e físicas, levando em conta os interesses dos alunos, como jogos e prática de esportes.

O terceiro entrevistado, Professor do Ensino Médio na Escola Estadual Rui Barbosa, mencionou que as turmas de primeiro ano do ensino médio em 2024, que incluem alunos da Escola Napoleão Bonaparte Viana, muitos dos quais participaram do Contraturno, estão demonstrando alto interesse e preparo. Ele acredita que a Política do Contraturno, em conjunto com os professores da Escola Napoleão Bonaparte Viana, contribuiu para uma transição bem-sucedida do ensino fundamental para o médio. Isso significa que os alunos possuem as habilidades e conhecimentos fundamentais necessários para acompanhar o currículo mais avançado do ensino médio, tanto cognitivamente quanto emocionalmente preparados para enfrentar os desafios dessa nova etapa. Reconhece também que o apoio dos professores, pais e da escola anterior foram essenciais para que os alunos se adaptassem às novas demandas educacionais. Apesar de algumas dificuldades, especialmente em Matemática, a maioria dos alunos possui uma boa base de conhecimento. Conforme seu relato, a Política do Contraturno é fundamental para o desempenho e desenvolvimento dos alunos, promovendo uma transição bem-sucedida que mantém o interesse pelos estudos, incentiva o engajamento

em atividades extracurriculares e cria um ambiente escolar positivo que facilita o aprendizado e o crescimento pessoal.

O quarto entrevistado é o monitor de Matemática, que relatou que o planejamento pedagógico é realizado de acordo com as necessidades dos alunos. Ele destacou a motivação dos alunos em aprender, notando que aqueles que estão determinados a aprender conseguem assimilar e progredir significativamente em seu desempenho escolar. Especialmente nos dias de provas, é visível a comemoração dos alunos quando saem das provas contentes com seu desempenho. No entanto, ele mencionou que ainda há uma certa instabilidade na participação dos alunos, pois há períodos em que eles frequentam regularmente e outros em que deixam de participar por diferentes motivos, retornando posteriormente. Quanto aos desafios, destacou a falta de recursos adequados e o desafio de manter o interesse dos alunos estável, apesar da motivação dos professores. A estabilidade física e financeira do programa também foi apontada como uma necessidade para seu pleno funcionamento.

A quinta fala é da monitora de Língua Portuguesa, que classificou a política do Contraturno como um programa acolhedor para aqueles que desejam aprender. Segundo ela, há um progresso significativo em leitura, escrita e matemática devido ao planejamento das aulas conforme as necessidades dos alunos, orientado pela coordenação e pelos professores. Destacou a colaboração entre os alunos, onde aqueles que dominam melhor os conteúdos auxiliam os colegas com dificuldades. Quanto aos desafios da política, apontou a falta de recursos e materiais adequados, a necessidade de um ambiente propício para o planejamento e ensino, e ressaltou o desinteresse dos alunos. Além disso, mencionou que a parceria entre pais e escola ainda precisa ser fortalecida, pois a participação dos pais na vida escolar dos filhos contribui significativamente para a motivação e confiança dos alunos. Concluiu que o programa, apesar de seus méritos, precisa melhorar tanto em infraestrutura quanto em recursos disponíveis.

A sexta percepção da política do Contraturno é de uma mãe de aluno, que destacou sua importância para o desempenho e desenvolvimento dos alunos, especialmente aqueles com dificuldades em disciplinas como Matemática. Segundo sua visão, o programa oferece suporte adicional que ajuda os alunos a melhorar suas notas, contribuindo significativamente para seu desempenho escolar e para o desenvolvimento de uma mentalidade aberta para o aprendizado. Ela apontou que o Contraturno é uma política pública valiosa que desempenha um papel crucial na educação, pois ao ver seus filhos se esforçando e alcançando resultados positivos, os pais também aprendem a valorizar o processo educativo. Concluiu enfatizando que o Contraturno tem um impacto duradouro na vida dos alunos, ajudando-os a desenvolver habilidades e atitudes que beneficiarão sua educação e vida futura.

Por último, a sétima entrevista é da aluna do Contraturno, que relatou que essa política significa ter apoio para lidar com dificuldades em disciplinas como português, Matemática e Educação Física. Ela destacou o Contraturno como uma experiência muito positiva e enriquecedora em sua vida escolar, proporcionando um ambiente de suporte e colaboração onde se sente valorizada e motivada a aprender e se desenvolver.

As narrativas dos participantes refletem diferentes perspectivas sobre o Contraturno, destacando os benefícios percebidos e desafios enfrentados. Através dessas narrativas, fica evidente que o Contraturno auxilia no desenvolvimento educacional e pessoal dos alunos, oferecendo suporte educacional, embora haja necessidade contínua de melhorias na infraestrutura, recursos disponíveis e engajamento dos pais. Ao mesmo tempo, são mencionados desafios significativos. Isso inclui a falta de espaço adequado, remuneração insuficiente para os monitores, falta de recursos materiais, como livros e equipamentos e a necessidade de maior participação e engajamento dos pais no processo educativo. Os relatos dos participantes indicam que o Contraturno não se limita apenas ao aspecto cognitivo como também oferece suporte emocional, criando um ambiente positivo onde os alunos se sentem valorizados e incentivados a explorar seu potencial máximo.

A falta de espaço adequado para as aulas do Contraturno é uma questão relevante destacada pela monitora de Língua Portuguesa, Monitor de Matemática e Coordenadora Pedagógica, Articulador do Contraturno da escola Napoleão Bonaparte Viana, sugerindo que a infraestrutura física pode ser um obstáculo para o efetivo desenvolvimento do programa Contraturno. Essa ausência de espaço adequado pode limitar as oportunidades de ensino e aprendizagem, afetando negativamente o rendimento dos alunos. Conforme o Ministério da Educação e Cultura- MEC (Brasil, 2009, p. 5):

[...] o espaço escolar é um espaço muito especial, ou seja, é um local dedicado à educação formativa das crianças, e requer uma série de cuidados para atingir esses objetivos educativos. É um espaço que deve favorecer a convivência, o conforto, a segurança e, é claro, a vontade de estudar [...].

Na fotografia 1, apresenta-se o registro da aula de Língua Portuguesa com os alunos do 6º ano.

Fotografia 1 - Aula de língua portuguesa



Fonte: Acervo da Pesquisadora (2024).

As aulas ocorriam em uma sala pequena, com janelas fechadas para evitar qualquer barulho que pudesse comprometer o silêncio na sala. As mesas pequenas estavam organizadas juntas para otimizar o espaço disponível, e havia dois ventiladores, uma lousa, um armário pequeno e alunos bastante concentrados participando das atividades de revisão de conteúdos, buscando consolidar os temas abordados ao longo do semestre.

A fotografia 2 registra uma aula de matemática com os alunos do 6º ao 9º, composta por uma aluna e cinco alunos.

Fotografia 2 - Aula de matemática



Fonte: Acervo da Pesquisadora (2024).

As aulas ocorriam numa sala mais ampla, arejada e espaçosa, com janelas abertas. Havia um data show sobre a mesa do monitor, e nas paredes eram visíveis alguns cartazes sobre o bullying, uma questão muito séria que afeta a vida de muitas pessoas, especialmente em ambientes escolares. Nesse momento, está ocorrendo a correção de tarefas de expressões numéricas. Poucos alunos estão presentes em sala devido ao encerramento do ano letivo, que ocorreu na quinzena de dezembro de 2023. Os alunos que passaram por mérito, ou seja, por média, foram liberados no dia 10/12/2023.

Nesta perspectiva, para que haja bons índices de aprendizagem, é necessário que alunos e professores convivam em um ambiente propício à aprendizagem, o espaço impacta na aprendizagem. Além do espaço físico insuficiente, a falta de reconhecimento financeiro para os monitores, ou seja, um salário para desempenharem suas funções, pois não têm um salário, são voluntários e não recebem uma ajuda de custo para se locomoverem implica de forma negativa para um bom rendimento do programa. Também, destaca-se a falta de materiais didáticos e mais monitores, no caso o monitor de artes, que poderia contribuir para estimular a criatividade dos alunos e colaborar com o desenvolvimento de habilidades artísticas, na realização de trabalhos com os discentes. Portanto, as ausências de contratações afetam a efetividade do programa.

De acordo com os relatos dos informantes sobre a Política do Contraturno, os pais precisam incentivá-los e motivá-los cada vez mais a participarem desse programa. Neste caso,

a família poderia acompanhar o progresso de seus filhos, colaborando com os professores, dessa forma podem contribuir para a autonomia, confiança e responsabilidade deles em relação aos estudos, para que alcancem o sucesso educacional. Desta forma, haveria uma superação dos desafios enfrentados pela instituição escolar, sendo fundamental que haja uma colaboração estreita entre a escola, os pais e toda a comunidade educativa.

Observa-se que a escola pública em estudo, no caso a escola Napoleão Bonaparte Viana como qualquer instituição escolar enfrenta obstáculos, contudo busca oferecer uma educação de qualidade aos seus discentes. No entanto, é necessário que a sociedade como um todo lute por uma escola pública que proporcione o desenvolvimento integral dos alunos, não apenas para melhorar aspectos mensuráveis do aprendizado.

#### 5.4 Acompanhamento individual dos alunos

Nesta seção apresenta-se o Acompanhamento Individual dos alunos do Contraturno nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática durante o ano de 2023. Os resultados foram analisados bimestralmente, destacando-se as médias gerais alcançadas pela turma nos quatro períodos.

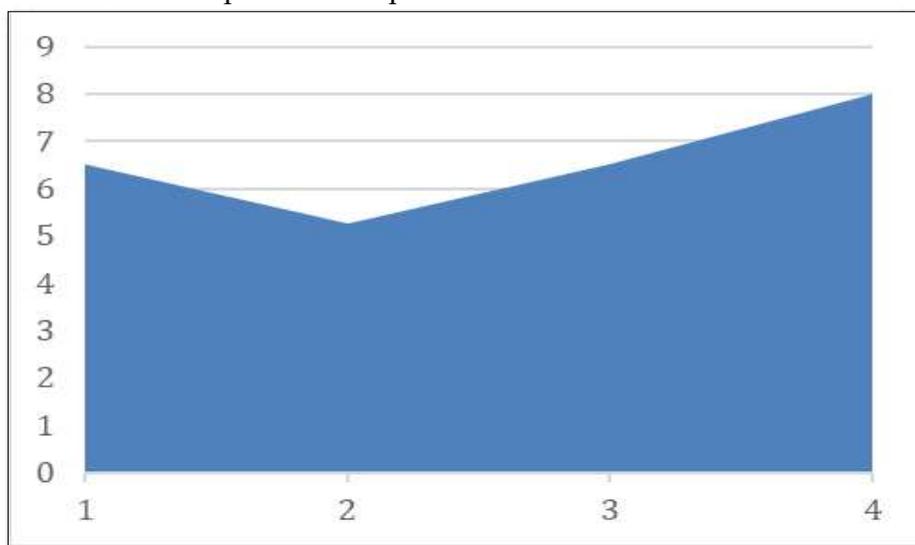
Tabela 2 - Acompanhamento individual (português/2023)

<b>Aluno</b>	<b>1º Bimestre</b>	<b>2º Bimestre</b>	<b>3º Bimestre</b>	<b>4º Bimestre</b>	<b>Média</b>
<b>1</b>	5	5	6	7	<b>5,75</b>
<b>2</b>	5	6	6	7	<b>6</b>
<b>3</b>	6	6	6	7	<b>6,25</b>
<b>4</b>	5	6	5	7	<b>5,75</b>
<b>5</b>	6	6	4	7	<b>5,75</b>
<b>6</b>	7	6	5	7	<b>6,25</b>
<b>7</b>	5	6	6	6	<b>5,75</b>
<b>8</b>	5	6	4	6	<b>5,25</b>
<b>9</b>	7	6	6	7	<b>6,5</b>
<b>10</b>	7	6	5	6	<b>6</b>
<b>11</b>	8	8	6	8	<b>7,5</b>
<b>12</b>	5	6	5	7	<b>5,75</b>
<b>13</b>	7	7	6	7	<b>6,75</b>

<b>14</b>	5	5	5	8	<b>5,75</b>
<b>15</b>	6	6	6	6	<b>6</b>
<b>16</b>	5	5	6	8	<b>6</b>
<b>17</b>	7	6	5	7	<b>6,25</b>
<b>18</b>	5	5	5	7	<b>5,5</b>
<b>19</b>	5	6	6	6	<b>5,75</b>
<b>20</b>	6	6	6	7	<b>6,25</b>
<b>21</b>	6	6	6	7	<b>6,25</b>
<b>22</b>	5	6	7	7	<b>6,25</b>
<b>23</b>	6	6	7	6	<b>6,25</b>
<b>24</b>	5	5	6	7	<b>5,75</b>
<b>25</b>	8	8	8	8	<b>8</b>
<b>26</b>	6	6	7	7	<b>6,5</b>
<b>27</b>	7	8	9	9	<b>8,25</b>
<b>28</b>	7	8	8	8	<b>7,75</b>
<b>29</b>	5	7	8	9	<b>7,25</b>
<b>30</b>	6	7	7	7	<b>6,75</b>
<b>31</b>	5	7	7	7	<b>6,5</b>
<b>32</b>	5	5	6	7	<b>5,75</b>
<b>33</b>	4	5	6	7	<b>5,5</b>
<b>34</b>	5	5	6	7	<b>5,75</b>
<b>35</b>	5	6	7	7	<b>6,25</b>
<b>36</b>	6	6	6	8	<b>6,5</b>
<b>37</b>	5	7	6	7	<b>6,25</b>
<b>38</b>	5	5	6	7	<b>5,75</b>
<b>39</b>	5	5	6	6	<b>5,5</b>
<b>40</b>	8	5,5	7	9	<b>7,375</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>6,5</b>	<b>5,25</b>	<b>6,5</b>	<b>8</b>	<b>6,5625</b>

Fonte: Sistema de Gestão Escolar.

Gráfico 3 - Acompanhamento por Bimestre



Fonte: Elaborado pela Pesquisadora (2024).

Quanto à análise de dados sobre o desempenho dos estudantes no ano de 2023 na Escola Napoleão Bonaparte Viana, compilou-se alguns dados para obter ações significativas que possam ser usados na tomada de decisões ou na obtenção de conhecimento, assim, a análise de dados é uma parte fundamental da pesquisa. Nesta perspectiva Gil (1999) defende que tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Usou-se o acompanhamento individual dos alunos matriculados no contraturno, ou seja, os mais assíduos, de um total de 40 alunos nas disciplinas de Português e Matemática. Para os cálculos, utilizou-se a média aritmética, o somatório de todos os alunos por bimestre e a divisão dessa soma pela quantidade de alunos, no caso todos os elementos. Conforme pondera, Triola (1999, p.32) “média aritmética de um conjunto de valores é o valor obtido somando-se todos eles e dividindo-se o total pelo número de valores, onde “x” é a variável usada para representar valores individuais de dados e “n” representa o número de valores em uma amostra”.

Figura 1 – Fórmula utilizada para cálculo da média aritmética

$$\bar{X} = \frac{X_1 + X_2 + X_3 + \dots + X_n}{n}$$

Fonte: Triola (1999)

Quanto à análise de dados sobre o desempenho dos estudantes no ano de 2023 na Escola Napoleão Bonaparte Viana, foram compilados dados para obter insights significativos que possam orientar decisões ou ampliar o conhecimento. A análise de dados é fundamental na pesquisa, conforme defendido por Gil (1999), cujo objetivo é organizar e resumir os dados de modo a proporcionar respostas ao problema investigado. A interpretação, por sua vez, busca entender o sentido mais amplo das respostas, relacionando-as a conhecimentos prévios.

O estudo utilizou o acompanhamento individual dos alunos assíduos matriculados no contraturno, totalizando 40 alunos nas disciplinas de Português e Matemática. Para os cálculos, foi empregada a média aritmética, que consiste na soma de todas as notas dos alunos por bimestre dividida pelo número total de alunos, conforme explicado por Triola (1999, p. 32): "A média aritmética de um conjunto de valores é obtida somando-se todos eles e dividindo-se o total pelo número de valores".

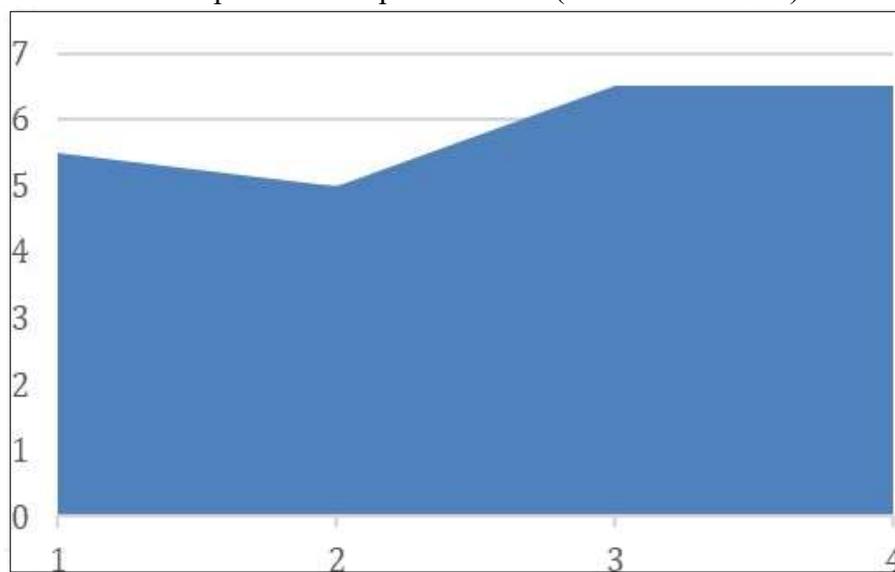
Tabela 3 - Acompanhamento Individual ( matemática/2023)

<b>Aluno</b>	<b>1º Bimestre</b>	<b>2º Bimestre</b>	<b>3º Bimestre</b>	<b>4º Bimestre</b>	<b>Média</b>
1	6	6	6	6	<b>6</b>
2	5	5	7	7	<b>6</b>
3	6	7	7	6	<b>6,5</b>
4	6	6	6	6	<b>6</b>
5	7	6	5	6	<b>6</b>
6	7	6	6	7	<b>6,5</b>
7	5	6	6	7	<b>6</b>
8	6	6	6	6	<b>6</b>
9	7	6	7	8	<b>7</b>
10	8	7	7	6	<b>7</b>
11	8	7	7	6	<b>7</b>
12	7	8	8	6	<b>7,25</b>
13	6	7	7	8	<b>7</b>
14	6	6	6	7	<b>6,25</b>
15	6	6	6	6	<b>6</b>
16	6	7	6,5	7	<b>6,625</b>
17	6	7	6	6	<b>6,25</b>

18	5	6	6	6	<b>5,75</b>
19	6	7	8	8	<b>7,25</b>
20	6	6	6,5	7	<b>6,375</b>
21	6	6	9	7	<b>7</b>
22	6	7	7	8	<b>7</b>
23	6	6	7	7	<b>6,5</b>
24	6	6	6	6	<b>6</b>
25	8	8	8	8	<b>8</b>
26	7	7	8	8	<b>7,5</b>
27	7	8	6	7	<b>7</b>
28	7	8	7	8	<b>7,5</b>
29	5	6	7	7	<b>6,25</b>
30	5	6	5	7	<b>5,75</b>
31	5	4	5	7	<b>5,25</b>
32	5	5	5	7	<b>5,5</b>
33	5	5	5	7	<b>5,5</b>
34	5	5	5	7	<b>5,5</b>
35	5	5	5	7	<b>5,5</b>
36	5	7	8	6	<b>6,5</b>
37	5	6	6	7	<b>6</b>
38	5	5	5	7	<b>5,5</b>
39	6	6	5	7	<b>6</b>
40	5	4	7	7	<b>5,75</b>
<b>Média</b>	<b>5,5</b>	<b>5</b>	<b>6,5</b>	<b>6,5</b>	<b>5,875</b>

Fonte: Sistema de Gestão Escolar.

Gráfico 4 - Acompanhamento por Bimestre (Matemática/2023)



Fonte: Elaborado pela Pesquisadora (2023)

A ficha individual dos alunos em Matemática ao longo do ano de 2023, dividida por bimestre, revelou que no primeiro bimestre a turma alcançou uma média geral de 5,5. No segundo bimestre, houve uma queda na média para 5. No terceiro bimestre, a média do grupo aumentou significativamente para 6,5. Já no quarto e último bimestre, a média se manteve estável em 6,5.

Ao iniciar o ano com uma média razoável de 5,5 no primeiro bimestre, a turma experimentou uma leve queda no segundo bimestre, seguida por uma recuperação significativa no terceiro bimestre, onde a média subiu para 6,5. Essa melhoria pode ser atribuída a possíveis intervenções pedagógicas, como o uso de materiais didáticos variados, atividades em grupos pequenos e tutoria individualizada, que promovem um ambiente de aprendizagem inclusivo, motivador e eficaz. É possível que também tenha havido maior dedicação dos alunos e trabalho em equipe.

É interessante notar que os alunos demonstraram mais familiaridade com a disciplina de Língua Portuguesa em comparação com Matemática. Nessa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1997, p. 62 - 63) podem oferecer informações sobre como abordar essa discrepância nas médias entre as disciplinas.

É importante que estimule os alunos a buscar explicações e finalidades para as coisas, discutindo questões relativas à utilidade da Matemática, como ela foi construída, como pode construir para a solução tanto de problemas do cotidiano como de problemas ligados à investigação científica. Desse modo, o aluno pode identificar os

conhecimentos matemáticos como meios que o auxiliam a compreender e atuar no mundo.

Verifica-se que estimular os alunos a buscar explicações e finalidades para a Matemática ajudam a tornar o aprendizado mais significativo, motivador e relevante para suas vidas, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo moderno.

No entanto, é relevante destacar que o acompanhamento individual revelou avanços dos alunos do Contraturno nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Foi constatado que as aulas do contraturno propiciaram avanços significativos em ambas as disciplinas, apesar dos desafios enfrentados, que vão desde a falta de espaço físico adequado até os recursos humanos e financeiros limitados pela escola pública.

Nesse contexto, a EMEIEF Napoleão Bonaparte Viana busca superar as dificuldades encontradas e garantir que a Política Pública do contraturno proporcione aos alunos oportunidades de aprendizado significativo e enriquecedor.

De acordo com Gadotti (2009, p. 21), "o ser humano é um ser de múltiplas dimensões, que se desenvolvem ao longo de toda a vida". Essas dimensões interagem entre si e não se desenvolvem de maneira isolada. O desenvolvimento holístico do ser humano implica reconhecer e promover o crescimento equilibrado em todas essas áreas ao longo de toda a vida, buscando integrar as diferentes dimensões para promover um bem-estar geral e uma realização pessoal plena.

Portanto, compreende-se que é nessa abordagem que se deve trabalhar o aluno, na sua totalidade, promovendo uma formação mais completa onde ele possa enfrentar os desafios da vida. Que a busca pela excelência acadêmica não seja o único objetivo, mas sim o desenvolvimento holístico do aluno, preparando indivíduos bem equilibrados para enfrentar os desafios do mundo e contribuir positivamente para a sociedade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada sobre a Política Pública do Contraturno, investigou-se os impactos dessa política na aprendizagem dos alunos, bem como foram delineados os seguintes objetivos: mapear o perfil dos profissionais que atuam no contraturno escolar, avaliar o espaço físico disponível para o contraturno e analisar o desempenho dos estudantes no ano de 2023, em um estudo de caso realizado na Escola Napoleão Bonaparte Viana, situada no município de Maracanaú-CE, onde a pesquisadora leciona as disciplinas de Ciências Humanas e Sociais nos anos finais do 6º ao 9º ano. Conforme os dados compilados, observaram-se avanços nos resultados dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática ao longo do ano de 2023, indicando que as atividades oferecidas durante o Contraturno têm contribuído para a melhoria da aprendizagem dos estudantes.

As narrativas dos participantes da pesquisa, incluindo monitores, aluna, mãe de aluno, professor de ensino médio e coordenadora pedagógica das turmas do 6º ao 9º ano, destacaram o impacto positivo do Contraturno na vida escolar dos estudantes. Eles descreveram como as atividades do Contraturno criam um ambiente de aprendizado dinâmico e interativo, onde os alunos colaboram entre si para superar desafios e aprofundar seu entendimento dos conteúdos estudados.

No entanto, a pesquisa também identificou desafios enfrentados na implementação do Contraturno, como a falta de espaço físico adequado, recursos financeiros limitados, escassez de recursos humanos e a necessidade de reconhecimento financeiro para os monitores. Esses obstáculos podem comprometer a eficácia do programa e a qualidade das experiências de aprendizado oferecidas aos alunos.

No que tange aos perfis dos monitores da política do contraturno, observou-se que ambos são graduandos, os quais buscam planejar suas aulas de acordo com as orientações do currículo e as diretrizes pedagógicas fornecidas pelos professores da escola em análise. Eles desempenham um papel valioso no programa do contraturno, demonstrando compromisso com o aprendizado contínuo e o desenvolvimento profissional. Quanto aos aspectos físico, humano e material, são imprescindíveis para promover um ambiente escolar mais propício ao ensino e à aprendizagem. O aspecto físico, humano e material desempenha um papel crucial no funcionamento eficaz de todo o processo educacional. Dessa forma, é necessário investir nessas áreas para que os alunos possam alcançar seu pleno potencial.

Na perspectiva de uma educação emancipadora, promove-se a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos. A implementação da política do Contraturno na rede

pública do município de Maracanaú-CE, especificamente na Escola Napoleão Bonaparte Viana, enfrenta diversos desafios educacionais que incluem baixos índices de desempenho escolar, falta de recursos financeiros e problemas de infraestrutura como salas de aula superlotadas, falta de equipamentos adequados, bibliotecas inadequadas e insuficiência de instalações esportivas.

Nesse contexto, constata-se que a Política do Contraturno na Escola Napoleão Bonaparte Viana tem contribuído para a melhoria da aprendizagem dos alunos. No entanto, há áreas que necessitam de melhorias para garantir a efetividade da política pública avaliada. Esses aspectos envolvem questões sociológicas, políticas e econômicas, onde a prevalência de uma cultura mercadológica na sociedade contemporânea não deve reforçar uma mentalidade competitiva em detrimento de valores como solidariedade, colaboração e pensamento crítico.

Portanto, para assegurar o sucesso contínuo das políticas públicas educacionais, é importante enfrentar essas influências negativas, promovendo uma abordagem mais holística e crítica da educação. Esta abordagem reconhece a importância da educação para o sucesso pessoal dos indivíduos, o desenvolvimento social e a promoção da equidade.

## REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas *et al.* Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação & sociedade**, v. 37, p. 113-131, 2016.
- ADRIÃO, Theresa. A privatização dos processos pedagógicos: Grupos editoriais e os negócios na educação básica. **O negócio da Educação**. São Paulo: Olho D'água e Fapesp, p. 129-144, 2017.
- ALMEIDA, Stela Borges. Escola Parque da Liberdade, Bahia. *In: MONARCHA, C. (Org.). Anísio Teixeira: a obra de uma vida*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.p.125-140.
- ANTUNES, Celso. **Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Thomson, 2006.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- AZEVEDO, José Clovis de. Educação pública: o desafio da qualidade. **Estudos avançados**, v. 21, p. 7-26, 2007.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) Língua Portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília, 1997. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso: 15 jun. 2024. Acesso: 10 set. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm). Acesso: 10 set 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.005**, de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso: 10 set 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso: 10 set 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso: 10 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 1.144/2016** e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017. Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=49131-port-1144mais-educ-pdf&category\\_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49131-port-1144mais-educ-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192). Acesso: 10 set 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso 10 set. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 2**, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial [da] União, Conselho Nacional de Educação (CNE) - Conselho Pleno (CP), Brasília, DF, 01 de julho de 2015. Disponível em: [encurtador.com.br/yBNP7](http://encurtador.com.br/yBNP7). Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Interministerial nº 17**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais\\_educacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf). Acesso: 10 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2009. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. - Brasília: Mec, Secad, 2009. 52 p.: Il. – (Série Mais Educação).

CAMURÇA, Kamile Lima de Freitas. **Mais educação é mais aprendizagem?** Avaliação do Programa Mais Educação em Maracanaú, no Ceará. 2013.

CARVALHO, Alba Maria Pinho; GUSSI, Alcides Fernando. *In: Perspectivas contemporâneas em Avaliação de Políticas Públicas*. Seminário “Avaliação de Políticas Públicas em Tempos Contemporâneos”. Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas. Fortaleza: UFC, 2011.

CAVALIERI, Ana Maria Vilela. A Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira? **Educ. Soc., Campinas**, vol. 23, n. 81, 2002.

CEARÁ. **Lei nº 14.026**, de 17 de dezembro de 2007. Cria o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, de cooperação técnica e incentivo para melhoria dos indicadores de aprendizagem nos municípios cearenses e dá outras providências. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4310-lei-n-14-026-de-17-12-07-d-o-19-12-07>. Acesso: 10 fev. 2024.

CEARÁ. **Lei nº 15.921**, de 15 de dezembro de 2015. Altera a Redação do Caput do Art. 2º da Lei nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007. Disponível em:

<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4225-lei-n-15-921-de-15-12-15-d-o-15-12-15>. Acesso: 10 fev. 2024.

COSTA, Valeriano. Políticas Públicas no Brasil: uma agenda de pesquisa. Ideias - **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP**. v. 6, n. 2, Campinas: Unicamp, 2015, p. 137-166.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas expectativas**. São Paulo: Cortez, 2018.

DUTRA, Claudia; GRIBOSCKI, Claudia Maffini. Educação Inclusiva: um projeto coletivo de transformação do sistema educacional. In: Seminário de Formação de Gestores e Educadores, 3., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2006. 22p.

FELÍCIO, Helena Maria dos S. A integração curricular na Educação em Tempo Integral: perspectivas de uma parceria interinstitucional. In: Reunião anual da ANPED, 34., 2011, Natal. **Anais...** Natal, 2011.

FERREIRA, Cleia Simone; SANTOS, Everton Neves dos. Políticas públicas educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. **Revista LABOR**, n. 11, v. 1, 2014.

FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. (9ª ed.). São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação** (7ed.) São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo. Editora Paulo Freire, 2009.

GARCIA, Paulo Sérgio. Um estudo de caso analisando a infraestrutura das escolas de ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 9, n. 23, p. 137-159, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de Caso: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados, como redigir o relatório**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mario Lucio. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Comunicações**, v. 10, n. 1, p. 134-142, 2003.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. **Cadernos Cenpec**. São Paulo, n.2, p. 129-135, ago./dez. 2006.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. O programa Escola Livre em Alagoas, a crise de acumulação do capital e o fortalecimento da direita política brasileira. **Revista Exitus**, v. 8, n. 1, p. 141-170, 2018.

HÖFLING, Eloisa de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, p. 30-41, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KROLOW, Aderlei Correa Milech; CASTELEINS, Vera Lucia. Contraturno: Um espaço de desafio para a educação do futuro. In: IX Congresso Nacional de Educação. **Anais**, Curitiba, 2009.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.

LOURENZINI, M. L. **Reforço Escolar**: uma estratégia de política permanente para auxiliar o processo ensino aprendizagem no município de Foz do Iguaçu. Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira, 2012.

MARACANAÚ. **Lei nº 1.781**, de 26 de dezembro de 2011. Fica instituída a política de ampliação da jornada escolar na rede municipal de ensino de Maracanaú. Disponível em: <https://camaramaracanau.ce.gov.br/leis/1123>. Acesso: 10 out. 2023.

MARACANAÚ. **Lei nº 10.811**, de 04 de julho de 1983. Desmembra do Município de Maranguape e eleva à categoria de Unidade Municipal Autônoma o Distrito de Maracanaú e dá outras providências. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-doceara/organizacao-tematica/viacao-transportes-desenvolvimento-urbano/item/9186-lei-n-10811-de-04-07-83-d-o-de-05-07-83>. Acesso: 10 fev. 2024.

MARACANAÚ. **Lei nº 2.687**, de 30 de janeiro de 2018. Altera a lei municipal nº 1.781, de 26 de dezembro de 2011, que instituiu a política de ampliação da jornada escolar na rede municipal de ensino de Maracanaú, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camaramaracanau.ce.gov.br/leis/export>. Acesso: 10 out. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. In: **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. 2012. p. 277-277.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método Criatividade. 31a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. *In: MOLL, Jaqueline (et al.). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos.* Porto Alegre: Penso, 2012, p.129-146.

MOLL, Jaqueline. O PNE e a educação integral: desafios da escola de tempo completo e formação integral. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 369-381, jul./dez. 2014.

MOLL, Jaqueline. Reformar para retardar: a lógica da mudança no EM. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 61-74, jan./jun. 2017.

MONTAÑO, Carlos. **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do " Terceiro Setor"**. Cortez Editora, 2015.

MONTEIRO, Jéssica; SILVA, Diego Pereira. A influência da estrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem: uma análise baseada nas experiências do estágio supervisionado em Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, p. 19-28, 2015.

MORGAN, K.; FONTES IGLESIAS, A. .; MENDES NAJJAR, A. Programa Novo Mais Educação como retrocesso do direito à Educação. Educação Sem Distância - **Revista Eletrônica da Faculdade Unyleya**, [S. l.], v. 1, n. 3, 2021. Disponível em: <https://educacaoemdistancia.emnuvens.com.br/esd/article/view/105>. Acesso: 10 set. 2023.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU/MEC. 1974.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1977.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. *In: Revista Aval*, UFC, Ano 01, vol. 01, nº 01, jan-jun/2008.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie *et al.* Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SAVIANI, Dermeval. A questão da reforma universitária. **Educação & Linguagem**, v. 7, p. 42-67, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, G. C. R. F. **Atribuições causais sobre o rendimento escolar dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2011.

SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante. Gestão escolar participativa e clima organizacional. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 49-59, jul./dez. 2001.

SILVA, Nirlanda Figueiredo; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. A educação integral no Oeste do Pará: o estado do conhecimento a partir das dissertações do PPGE-UFOPA. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 39, p. 379-394, 2020.

TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.31, n.73, jan./mar. 1959. p.78-84. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/cecr.htm>. Acesso: 26 nov. 2023.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e o mundo moderno**. São Paulo: Nacional, 1977.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um Direito**. São Paulo: Nacional, 1968.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Salvador: **AATR**, v. 200, p. 09, 2002.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TRIOLA, Mario. **Introdução à Estatística**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1999.

TSCHOKE, Aline; TARDIVO, Thais Gomes; RECHIA, Simone. Como a Escola se Tornou Também Espaço de Lazer da Comunidade: Os Programas Inseridos a Escola Maria Marly Piovezan. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 1-11, jan./abr. 2011.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA (COORDENADORA PEDAGÓGICA E COORDENADOR ARTICULADOR DO CONTRATURNO)**

PERFIL DO ENTREVISTADO

SEXO:

FORMAÇÃO:

TEMPO DE ATUAÇÃO NA ESCOLA:

QUAL O MACROCAMPO EM QUE ATUA:

TEMPO DE TRABALHO COM O PROGRAMA CONTRATURNO:

### **ACERCA DA POLÍTICA DO CONTRATURNO:**

1. MENCIONE TRÊS ASPECTOS QUE CONSIDERA MAIS INTERESSANTES NO PROGRAMA CONTRATURNO .
2. CITE TRÊS ASPECTOS QUE DEVERIAM MELHORAR O PROGRAMA CONTRATURNO.
3. INDIQUE TRÊS PONTOS QUE DIFICULTAM A EXECUÇÃO DO PROGRAMA EM MARACANAÚ DENTRO DA INSTITUIÇÃO QUE VOCÊ ATUA?
4. COMO VOCÊ AVALIA A SITUAÇÃO ATUAL DA INSTITUIÇÃO EM QUE TRABALHA. QUAIS OS PRINCIPAIS ASPECTOS QUE SE MODIFICARAM?
5. COMO VOCÊ JULGA O PROGRAMA ENQUANTO UM PROGRAMA DE INDUÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL?
6. EM SUA PERCEPÇÃO, O PROGRAMA TEM CONTRIBUÍDO PARA MELHORAR O DESEMPENHO EDUCACIONAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA ESCOLA?
7. VOCÊ CONSIDERA QUE O PROGRAMA TEM CONTRIBUÍDO PARA REDUZIR OS ÍNDICES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ. EM QUE ASPECTOS?
8. NA SUA CONCEPÇÃO, REALMENTE É UM PROGRAMA DE PERSPECTIVA INTEGRAL?
9. EXISTE ALGUM FEEDBACK DOS ALUNOS, PAIS, OU PROFESSORES QUE POSSA AJUDAR A MELHORAR O PROGRAMA?
10. COMO PODEMOS GARANTIR A PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO DOS ALUNOS NO PROGRAMA?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA (PROFESSOR DO ENSINO MÉDIO)**

QUAL A SUA PERCEPÇÃO ACERCA DO ALUNO EGRESSO DA POLÍTICA DO CONTRATURNO DA ESCOLA NAPOLEÃO BONAPARTE VIANA E SEU CRESCIMENTO A NIVEL COGNITIVO E SOCIAL DIANTE DESSA POLÍTICA?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA (MONITORES DE LINGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA)**

PERFIL DO ENTREVISTADO

SEXO:

TEMPO DE ATUAÇÃO:

ÀREA DE ATUAÇÃO:

FORMAÇÃO:

**ACERCA DA POLÍTICA DO CONTRATURNO:**

COMO VOCÊ PLANEJA E ORGANIZA AS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ALUNOS?

MENCIONE TRÊS ASPECTOS QUE CONSIDERA MAIS INTERESSANTES NO PROGRAMA .CONTRATURNO

CITE TRÊS ASPECTOS QUE DEVERIAM MELHORAR O PROGRAMA CONTRATURNO.

INDIQUE TRÊS PONTOS QUE DIFICULTAM A EXECUÇÃO DO PROGRAMA EM MARACANAÚ DENTRO DA INSTITUIÇÃO QUE VOCÊ ATUA.

COMO VOCÊ AVALIA AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS PARA A EXECUÇÃO DO SEU TRABALHO DENTRO DA ESCOLA?

COMO VOCÊ JULGA O PROGRAMA ENQUANTO UM PROGRAMA DE INDUÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL?

EM SUA PERCEPÇÃO, O PROGRAMA TEM CONTRIBUÍDO PARA MELHORAR O DESEMPENHO EDUCACIONAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA ESCOLA?

COMO VOCÊ ANALISA O PROGRESSO DOS ALUNOS E IDENTIFICA ÁREAS DE MELHORIA ?

COMO VOCÊ AVALIA A RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADE E O PROGRAMA?

COMO VOCÊ INTEGRA TECNOLOGIA E RECURSOS EM SUAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS?

**APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA (MÃE DE ALUNO)**

QUAL A SUA PERCEPÇÃO ACERCA DA POLÍTICA DO CONTRATURNO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DO ALUNO?

**APÊNDICE E – ROTEIRO DA ENTREVISTA (ALUNA DO CONTRATURNO)**

PERFIL DO ENTREVISTADO

SEXO:

TEMPO DE ATUAÇÃO:

ÀREA DE ATUAÇÃO:

FORMAÇÃO:

**ACERCA DO DA POLÍTICA DO CONTRATURNO:**

QUANTO TEMPO PARTICIPA DO CONTRATURNO?

O QUE VOCÊ FAZ NO CONTRATURNO?

QUE ATIVIDADES MAIS GOSTA DE REALIZAR NO CONTRATURNO?

CITE ALGUM PROJETO DO PROGRAMA CONTRATURNO, QUE VOCÊ GOSTOU DE PARTICIPAR?

COMO É VOCÊ , ALUNA DO CONTRATURNO?

VOCÊ ESTÁ SATISFEITA COM OS ESPAÇOS ONDE SE REALIZAM AS AULAS DO CONTRATURNO?

O CONTRATURNO CONTRIBUI PARA QUE VOCÊ TIVESSE MAIS APRENDIZADO? COMO?

QUAL O SIGNIFICADO DO CONTRATURNO PARA VOCÊ?